



ITAÚSA

Demonstrações
Contábeis
Completas

31 de Março de 2018

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
DIRETORIA ITAÚSA	13
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	14
NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS	24
NOTA 2 – POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS	25
NOTA 3 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	37
NOTA 4 – ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO	37
NOTA 5 – ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO	37
NOTA 6 – CLIENTES	38
NOTA 7 – OUTROS ATIVOS E PASSIVOS	38
NOTA 8 – ESTOQUES	39
NOTA 9 – INVESTIMENTOS	40
NOTA 10 – IMOBILIZADO	45
NOTA 11 – INTANGÍVEL	46
NOTA 12 – ATIVOS BIOLÓGICOS (Reservas Florestais)	47
NOTA 13 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	49
NOTA 14 – DEBÊNTURES	50
NOTA 15 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	51
NOTA 16 – PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES	52
NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO	54
NOTA 18 – PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES	57
NOTA 19 – RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS DE PRODUTOS E SERVIÇOS	58
NOTA 20 – DESPESAS POR NATUREZA	58
NOTA 21 – OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS	59
NOTA 22 – RESULTADO FINANCEIRO	59
NOTA 23 – LUCRO POR AÇÃO	60
NOTA 24 – BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO	61
NOTA 25 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO	62
NOTA 26 – PARTES RELACIONADAS	64
NOTA 27 – GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS	65
NOTA 28 – EVENTOS SUBSEQUENTES	68
RELATÓRIO DE REVISÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE	69
PARECER DO CONSELHO FISCAL	71
ATA SUMÁRIA DA REUNIÃO DA DIRETORIA	72

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. (Itaúsa) e de suas controladas relativos ao período de janeiro a março de 2018 (1T18), elaborados de acordo com as normas estabelecidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como pelas normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS - *International Financial Reporting Standards*).

Relatório do Auditor Independente

As Demonstrações Contábeis foram revisadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC), contam com o relatório dos auditores independentes sem ressalva e com o parecer favorável do Conselho Fiscal.

As Demonstrações Contábeis foram disponibilizadas à CVM e à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3).

Adoção do CPC 47 e CPC 48

Para melhor comparabilidade, as informações do primeiro trimestre de 2017 foram ajustadas com os efeitos decorrentes da adoção do CPC 47 e CPC 48.

1) AMBIENTE ECONÔMICO

A economia global deve consolidar um crescimento econômico mais forte em 2018. O crescimento da economia dos EUA desacelerou no primeiro trimestre (de 2,9% para 2,3%), mas deve voltar a crescer em ritmo forte no 2T18 e fechar o ano em 2,7%. A criação de empregos continua em ritmo forte, a taxa de desemprego está em 4,1% e a inflação já se encontra ao redor de 2,0%.

Na Zona do Euro, a atividade mostrou uma desaceleração no 1T18 (de 0,7% para 0,4% trimestral), mas também deve acelerar nos próximos trimestres e fechar este ano em 2,5%, mesmo crescimento verificado em 2017. Esse cenário deve permitir o Banco Central Europeu encerrar o programa de compra de ativos este ano.

Na China, após o crescimento de 6,9% em 2017, se observou um novo resultado forte no 1T18 (6,8%), mas continuamos a esperar uma moderação da atividade econômica em 2018.

No cenário doméstico, o PIB avançou 1,0% em 2017. Esse resultado configura uma melhora em relação ao observado entre 2015 e 2016, anos marcados por contração da economia. Para 2018 espera-se um PIB de 2,5%.

Em relação ao mercado de trabalho, a taxa de desemprego medida pela PNAD Contínua encontra-se em 13,1% no trimestre terminado em março de 2018, ante 13,7% no mesmo período do ano anterior. Na margem, observa-se estabilidade do desemprego, mas devido à queda na população economicamente ativa compensando recuo na população ocupada.

A indústria vem apresentando sinais de alguma recuperação. O crescimento mensal dessazonalizado médio nos últimos seis meses está em 0,3% até março. Prospectivamente, projetamos continuidade da recuperação da indústria, consistente com queda dos juros e ajustes no balanço das empresas.

A variação anual do saldo de crédito do sistema financeiro foi de -2,5% em março de 2018, em termos reais, contra um recuo de 6,8% no mesmo mês de 2017. As concessões acumuladas nos 12 meses até março de 2018 cresceram 2,5%, em termos reais, contra uma queda de 12,7% um ano antes. A taxa de inadimplência do crédito para Pessoa Física recuou 0,4 p.p. nos últimos 12 meses para 3,6% em março de 2018. A inadimplência para Pessoa Jurídica recuou para 2,9% (3,7% em março de 2017).

A inflação medida pelo IPCA atingiu variação de 2,7% nos últimos 12 meses findos em março, ante 4,6% no mesmo período do ano passado. Em termos desagregados, os preços administrados subiram 7,1% no período, enquanto os preços livres, 1,3%.

A inflação corrente abaixo da meta e a atividade aquém do esperado têm permitido a flexibilização da política monetária. Em outubro de 2016, o BACEN iniciou um ciclo de cortes de juros e, desde então, a taxa Selic foi reduzida de 14,25% para os atuais 6,5% ao ano (março de 2018).

O déficit nas contas externas segue em patamar baixo (0,4% do PIB nos doze meses encerrados em março). Para os próximos anos, projetamos ligeiro aumento do déficit em conta corrente, mas sem comprometer a sustentabilidade externa.

2) DESTAQUES ITAÚSA

ITAÚSA

Sustentabilidade

Como forma de manter relação transparente com seus públicos de interesse, a Itaúsa divulgou em abril de 2018 seu Relatório Anual 2017 contendo a Matriz de Materialidade.

O conteúdo foi definido a partir da elaboração de nova Matriz de Materialidade, que identificou os temas mais relevantes para os principais públicos consultados. Esses

temas estão relacionados, nesta publicação, aos pilares de proteção e valorização do patrimônio, melhoria contínua e cultura compartilhada.

O documento traz um conteúdo inovador, descrevendo de forma transparente o novo momento da Companhia, relatando o racional dos investimentos realizados, a expectativa de retorno e a criação de valor das investidas.

Desde 2009, o relatório da Itaúsa segue as diretrizes da *Global Reporting Initiative (GRI)*, que traz a abordagem e forma de gestão dos aspectos mais relevantes e de maior impacto na perspectiva da Companhia e de seus principais públicos de relacionamento. O documento foi verificado pela PwC, que emitiu relatório de assecuração.

Para acessá-lo, visite o site:

<http://www.itausa.com.br/pt/informacoes-financeiras/relatorio-anual-e-de-sustentabilidade>

Oferta Pública de Aquisição de Ações da Alpargatas

(OPA)

Em 07.02.2018 foi deferido pela CVM o pedido de registro da OPA da Alpargatas para aquisição de ações ordinárias de acionistas minoritários a 80% do valor pago pelos atuais controladores (R\$ 11,34/ação). Em 23.03.2018 a Itaúsa comunicou que foi realizado o leilão da OPA e que nenhum acionista da Alpargatas manifestou interesse em aderir, permanecendo inalterada sua participação acionária na Alpargatas.

Alteração no programa de recompra de ações

Em 19.02.2018 o Conselho de Administração alterou o programa de recompra de ações em vigor reduzindo os limites de aquisição para até 77 milhões de ações escriturais de emissão própria (27 milhões ordinárias e 50 milhões preferenciais).

Aprovação da Política de Partes Relacionadas

Apreciada e aprovada na RCA de 19.02.2018, a Política de Partes Relacionadas foi elaborada para estabelecer regras e consolidar procedimentos a serem observados pela Companhia quando da ocorrência de transações com partes relacionadas, assegurando a comutatividade e transparência das operações e garantindo aos acionistas, investidores e outras partes relacionadas que as transações se pautem pelo disposto nas melhores práticas de Governança Corporativa.

Eventos Societários e Retorno aos Acionistas

Pagamento de Dividendo Trimestral

Em 02.04.2018 a Itaúsa pagou dividendo trimestral referente ao 4º trimestre de 2017, no valor de R\$ 0,015 por ação, sem retenção de imposto de renda na fonte, com base na posição acionária final do dia 28.02.2018, em

conformidade com a sistemática de pagamento trimestral aprovada em 10.11.2008.

Chamada de Capital

Em 19.02.2018, o Conselho de Administração deliberou elevar o capital social da Itaúsa, de R\$ 37.145 milhões para R\$ 38.515 milhões, mediante emissão de 175.641.026 novas ações escriturais, sem valor nominal, sendo 66.355.919 ordinárias e 109.285.107 preferenciais, para subscrição particular dentro do limite do capital autorizado. Encerrado o período preferencial de subscrição e realizados o primeiro e o segundo rateio das sobras de ações, o saldo de ações ainda não subscritas será vendido em leilão a ser realizado na Bolsa de Valores. A homologação do aumento de capital, o crédito das ações subscritas e a liberação dessas ações para negociação estão previstas para o final de maio de 2018, fazendo jus ao dividendo trimestral que será pago em 02.07.2018.

Programa de Reinvestimento de Dividendos – PRD

Registramos que os Acionistas da Itaúsa, também correntistas do Itaú no Brasil e com ações no ambiente escritural, podem investir automaticamente os dividendos na compra de ações por meio de adesão ao Programa de Reinvestimento de Dividendos – PRD. Para aderir ao PRD acesse o Itaú Bankline (www.itau.com.br) ou ligue (xx11)3003-9285 para Capitais e Regiões Metropolitanas ou 0800-720-985 para Demais Localidades.

Evento Subsequente:

Movimento Estratégico: Alienação do Controle Acionário da Elekeiroz S.A.

Em linha com sua estratégia de revisão de seu portfólio de investimentos, a Itaúsa divulgou no dia 08.03.2018, que concedeu ao H.I.G. Brasil Partners I B - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior (“H.I.G.”), exclusividade de negociações para possível alienação do controle acionário da Elekeiroz ao H.I.G.

Em 26.04.2018, anunciou que assinou Contrato de Compra e Venda de Ações com o Kilimanjaro Brasil Partners I B - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior, cujos recursos advêm de entidades no exterior geridas por H.I.G. Capital LLC, para venda da totalidade das ações de emissão da Elekeiroz detidas pela Itaúsa ao Fundo, representadas por 14.261.761 ações ordinárias e 16.117.360 ações preferenciais, equivalentes a 98,2% e 95,0% das ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, as quais representam, conjuntamente, 96,5% do capital social total da Elekeiroz.

O valor atribuído à Elekeiroz na Transação, com base em Valor Total da Empresa, foi de R\$ 160 milhões, sendo que

o preço de venda das Ações será equivalente ao “Valor Total da Empresa” reduzido pelo endividamento líquido da Elekeiroz e multiplicado pelo percentual de participação societária detida pela Itaúsa na Elekeiroz na data de fechamento. Na data de fechamento da Transação, a Itaúsa receberá o valor de venda das Ações, de R\$ 0,95283 por ação, o qual estará sujeito a ajustes de acordo com as variações do capital de giro e do endividamento líquido da Elekeiroz a serem apuradas após o fechamento da Transação.

O valor de venda das Ações poderá ser complementado a depender: (a) da performance ou venda de determinados

ativos da Elekeiroz, incluindo imóveis não operacionais; (b) recebimento de certas superveniências ativas e êxito em certos processos judiciais; e (c) eventual atingimento, pelo Fundo, de certa taxa mínima de retorno.

O fechamento da Transação está sujeito ao cumprimento de determinadas condições suspensivas usuais em operações dessa natureza.

Reeleição dos membros do Conselho de Administração

Em Assembleia de Acionistas de 12.04.2018, foram reeleitos os seis membros do Conselho de Administração da Itaúsa e três respectivos suplentes.

3) DESEMPENHO ECONÔMICO ITAÚSA

PRINCIPAIS INDICADORES DE RESULTADO DA ITAÚSA INDIVIDUAL

A Itaúsa tem seu resultado composto essencialmente pela equivalência patrimonial, apurada a partir do resultado de suas controladas. Abaixo estão demonstrados o resultado da equivalência patrimonial e o resultado próprio da Itaúsa considerando apenas os eventos recorrentes (os itens não recorrentes encontram-se discriminados na tabela Reconciliação do Lucro Líquido Recorrente).

Demonstração do Resultado Individual - Recorrente	Em R\$ Milhões					
	01/01 a 31/03/2018	%	01/01 a 31/03/2017	%	Evolução	Evolução (%)
Setor Financeiro	2.387	98,6%	2.246	100,4%	141	6,3%
Setor não Financeiro	33	1,4%	(9)	-0,4%	42	466,7%
Alpargatas	15	0,6%	-	0,0%	15	n.a.
Duratex	11	0,5%	(4)	-0,2%	15	375,0%
Elekeiroz	13	0,5%	(1)	0,0%	14	1400,0%
Itautec	(1)	0,0%	(5)	-0,2%	4	80,0%
Outras Empresas	(5)	-0,2%	1	0,0%	(6)	-600,0%
Total REP Recorrente	2.420	100,0%	2.237	100,0%	183	8,2%
Resultado Próprio da Itaúsa	(251)		(375)		124	33,1%
Receitas/Despesas Financeiras	(15)		21		(36)	
Dividendos/JCP	41		-		41	
Despesas Administrativas	(13)		(11)		(2)	
Despesas Tributárias	(284)		(220)		(64)	
Outras Receitas/Despesas Operacionais	2		3		(1)	
IR/CS	18		(168)		186	
Lucro líquido Recorrente	2.169		1.862		307	16,5%
Resultado não recorrente	231		82			
Decorrentes de Participação Acionária no setor financeiro	223		81			
Decorrentes de Participação Acionária no setor não financeiro	8		1			
Alpargatas	8		-			
Duratex	-		1			
Lucro Líquido	2.400		1.944		456	23,5%

Despesas Gerais e Administrativas (DGAs)

Considerando-se a estrutura administrativa dedicada à realização das atividades da Itaúsa, composta por 75 pessoas, as DGAs totalizaram R\$ 21 milhões no primeiro trimestre de 2018, que representam 0,86% do Lucro Líquido no trimestre.

PRINCIPAIS INDICADORES DO RESULTADO CONSOLIDADO DA ITAÚSA

	Em R\$ Milhões					
	Controladora		Não Controladores		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Lucro Líquido	2.400	1.944	20	(5)	2.420	1.939
Lucro Líquido Recorrente	2.169	1.862	(1)	(7)	2.168	1.855
Patrimônio Líquido	48.500	46.811	3.028	2.950	51.528	49.761
Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%)	19,1%	16,6%	2,7%	-0,7%	18,2%	15,6%
Rentabilidade Recorrente Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%)	17,3%	15,9%	-0,1%	-0,9%	16,3%	14,9%

PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS

Indicadores por Ação - em R\$

	31/03/2018	31/03/2017	Evolução
Lucro Líquido da Controladora	0,32	0,26	22,9%
Lucro Líquido Recorrente da Controladora	0,29	0,25	16,0%
Valor Patrimonial da Controladora	6,49	6,32	2,6%
Dividendo/Juros sobre Capital Próprio Líquido de IR	0,08	0,06	23,9%
Preço da Ação PN ⁽¹⁾	13,80	9,59	43,9%
Capitalização de Mercado ⁽²⁾ - em R\$ milhões	103.136	70.998	45,3%

(1) Cotação média das ações preferenciais no último dia do período.

(2) Calculado com base na cotação média das ações preferenciais no último dia do período (cotação da ação PN média multiplicada pela quantidade de ações em circulação no final do período).

INDICADORES DAS PRINCIPAIS EMPRESAS DO PORTFÓLIO ITAÚSA

Apresentamos abaixo os principais indicadores das empresas do portfólio Itaúsa, extraídos das Demonstrações Contábeis Consolidadas. O Lucro Líquido, Patrimônio Líquido e ROE correspondem aos valores atribuíveis aos acionistas controladores.

	Janeiro a Março	Setor Financeiro					Setor Não Financeiro					Em R\$ Milhões
		Itaú	ALPARGATAS	Duratex	nts	Elekeiroz	ITAÚSA					
Ativos Totais	2018	1.441.407	3.784	9.196	10.004	460	61.471					
	2017	1.323.260	3.734	9.142	n.d.	429	57.260					
Receitas Operacionais ⁽¹⁾	2018	43.985	902	1.006	990	257	3.895					
	2017	53.957	807	952	n.d.	225	3.505					
Lucro Líquido	2018	6.389	114	31	455	14	2.400					
	2017	6.063	186	(8)	n.d.	(1)	1.944					
Patrimônio Líquido (PL)	2018	123.031	2.160	4.770	3.881	165	48.500					
	2017	119.500	2.126	4.567	n.d.	110	46.811					
Rentabilidade Anualizada sobre o PL Médio (%) ⁽²⁾	2018	21,3%	21,0%	2,6%	46,5%	35,3%	19,1%					
	2017	20,8%	36,2%	-0,7%	n.d.	-4,1%	16,6%					
Geração Interna de Recursos ⁽³⁾	2018	14.980	149	197	907	16	119					
	2017	17.831	98	198	n.d.	10	(26)					
Participação acionária da Itaúsa ⁽⁴⁾⁽⁵⁾	2018	37,51%	27,55%	36,68%	7,65%	96,60%						
	2017	37,29%	n.d.	35,52%	n.d.	96,60%						

(1) As Receitas Operacionais por área de atuação foram obtidas conforme segue:

- Itaú Unibanco Holding: Receita de Juros e Rendimentos, Receita de Dividendos, Ajuste ao Valor Justo de Ativos e Passivos Financeiros, Receita de Prestação de Serviços, Resultados de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização e Outras Receitas.

- Alpargatas, Duratex, Elekeiroz e NTS: vendas de produtos e serviços.

(2) Representa a relação entre o Lucro Líquido do período e o Patrimônio Líquido Médio ((mar + dez'17)/2).

(3) Refere-se aos recursos provenientes das operações obtidos pela Demonstrações do Fluxo de Caixa.

(4) Corresponde a participação direta e indireta no Capital das companhias.

(5) As participações apresentadas consideram as ações em circulação

4) MERCADO DE CAPITAIS

Negociadas na B3, as ações preferenciais da Itaúsa (código ITSA4) encerraram o primeiro trimestre de 2018 cotadas a R\$ 13,79, valorização de 46,6% em relação à cotação de encerramento do primeiro trimestre de 2017, enquanto o principal índice da B3, o Ibovespa, registrou valorização de 31,4%.

Em 31 de março de 2018, a quantidade de acionistas pessoas físicas na Itaúsa era de 77.382, crescimento de 37,6% em relação a março de 2017.

O volume financeiro médio diário negociado das ações preferenciais (PN) no primeiro trimestre de 2018 foi de R\$ 221,5 milhões, em comparação a R\$ 139,8 milhões no mesmo período do ano anterior, com 1.478 mil negócios (1.609 mil em 2017).

Desconto Itaúsa

O desconto é um indicador da diferença entre a cotação de mercado das ações da Itaúsa e o valor teórico obtido quando somados os valores de mercado das partes que compõem os investimentos da *holding*. A Área de Relações com Investidores divulga mensalmente no site da Companhia informativo sobre o desconto. Para receber essa informação, basta se cadastrar em: www.itausa.com.br.

Em 29 de março de 2018, as ações de Itaúsa eram negociadas com desconto de 20,5% em comparação a 26,4%, indicador observado no mesmo período de 2017.

A capitalização de mercado ao final do período, com base no valor das ações mais líquidas (ITSA4), era de R\$ 103.136 milhões, alta de 45,3% sobre o mesmo período do ano anterior, enquanto o valor total de mercado da soma das participações nas empresas investidas atingiu R\$ 129.727 milhões.

5) PORTFÓLIO ITAÚSA



A partir do dia 1º de janeiro de 2018, passou a vigorar a nova norma contábil IFRS 9 sobre instrumentos financeiros. A norma apresenta modificações relevantes em classificação e mensuração, redução do valor recuperável (*impairment*) e contabilização de hedge. Um dos pontos principais se refere à abordagem das perdas ocorridas. A partir da IFRS 9 serão tratadas como esperadas ao invés de incorridas, como anteriormente.

Governança Corporativa

Mudança no Conselho de Administração

No dia 25 de abril de 2018, foi realizada Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. Na Assembleia Geral Ordinária os acionistas do Itaú Unibanco elegeram 12 membros para o Conselho de Administração (CA): reeleição de 11 membros e eleição de Ana Lúcia de Mattos Barretto Villela. O CA do Itaú Unibanco é composto de 100% de conselheiros não executivos, sendo que 42% deles são independentes.

Importante ressaltar que os acionistas puderam participar da Assembleia presencialmente, por procuração ou por boletim de voto a distância, sendo 15% dos votos realizados nessa modalidade.

Frentes Estratégicas

Buscando a excelência e a geração de valor diferenciado para seus acionistas e demais públicos, foram definidas as seis prioridades estratégicas, com perspectiva de médio e longo prazo, que têm pautado a gestão do Itaú Unibanco: centralidade no cliente, transformação digital, gestão de pessoas, gestão de riscos, rentabilidade sustentável e internacionalização. Sendo que, permeando todos esses desafios, estão a governança corporativa e a sustentabilidade.

Nesse trimestre destacam-se iniciativas relevantes relacionadas à agenda estratégica:

➡ Transformação Digital

Apple Pay

Uma maneira simples, segura e privativa de fazer pagamentos e compras em lojas, apps e internet

Em abril de 2018, os clientes do Itaú Unibanco passaram a poder usar o Apple Pay, uma nova forma de pagamento que permite realizar compras com iPhone, Apple Watch, iPad ou Macbook, de forma simples, segura e privativa sem precisar usar um cartão físico. O banco é a primeira instituição financeira brasileira a oferecer a seus clientes o Apple Pay. Para utilizar, os clientes devem cadastrar seus cartões de crédito Itaucard ou Credicard ou seus cartões múltiplos Itaú, que tenham a função crédito habilitada, no aplicativo "Wallet" dos seus dispositivos Apple.

Utilização de Blockchain

Pioneirismo na aplicação da tecnologia

Em fevereiro de 2018, como parte de sua transformação digital, o Itaú Unibanco adotou a tecnologia blockchain

para proporcionar mais agilidade e rastreabilidade ao processo de negociação das chamadas de margem, ou seja, garantias que os bancos recebem para reduzir risco de crédito relacionados às variações desfavoráveis no mercado de derivativos de balcão. Esses derivativos são produtos financeiros negociados fora do ambiente de bolsa e cujo valor deriva de outro ativo. Por exemplo: um derivativo de dólar terá seu valor baseado na variação cambial.

O uso dessa tecnologia reforça o pioneirismo do banco na busca por soluções inovadoras para o setor. Cabe ressaltar que o Itaú Unibanco faz parte do consórcio internacional R3, que reúne instituições do mundo todo para estudos de aplicabilidade de blockchain.

↪ Internacionalização

Conselho Estratégico LatAm

Criado para liderar o processo de internacionalização

Em abril de 2018 o Itaú Unibanco divulgou a criação do Conselho Estratégico LatAm, órgão consultivo criado com o objetivo de intensificar o processo de entendimento do Itaú Unibanco a respeito dos diferentes mercados e negócios para melhor atender a seus clientes regionais, identificando oportunidades de expansão de sua operação, integração entre unidades e criação de valor para seus acionistas.

Demais Destaques

XP Investimentos (XP)

CADE aprovou a aquisição minoritária, reafirmando a independência da gestão

Em março de 2018, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica aprovou a aquisição de 49,9% da XP anunciada pelo Itaú Unibanco no ano passado. A aprovação está condicionada, dentre outros, ao compromisso do Itaú Unibanco de não intervir na gestão dos negócios da XP, assim como evitar possíveis barreiras à entrada e ao desenvolvimento do segmento de plataformas abertas.

Esses compromissos estão alinhados ao acordo firmado pelo banco com os acionistas da XP em maio de 2017, o qual prevê que o Itaú Unibanco atuará como sócio minoritário, sem influência nas políticas comerciais e operacionais de qualquer sociedade do grupo XP. A XP continuará atuando como plataforma aberta e independente, competindo livremente com as demais

corretoras e distribuidoras do mercado de capitais, inclusive aquelas pertencentes ao conglomerado Itaú Unibanco.

A aquisição fortalece o modelo de negócios do Itaú Unibanco, ampliando a parcela de receitas de serviços, via participação minoritária. A operação da XP, voltada para a experiência do cliente, sua plataforma aberta, alto potencial de crescimento e seu pioneirismo acrescentará robustez aos resultados do banco.

Atualmente, a aquisição minoritária está sob avaliação do BACEN e depende de sua aprovação.

Informações Financeiras Selecionadas

No período de janeiro a março de 2018, o Itaú Unibanco registrou Lucro Líquido Recorrente de R\$ 6,4 bilhões, um aumento de 5,5% em relação ao mesmo período do ano anterior.

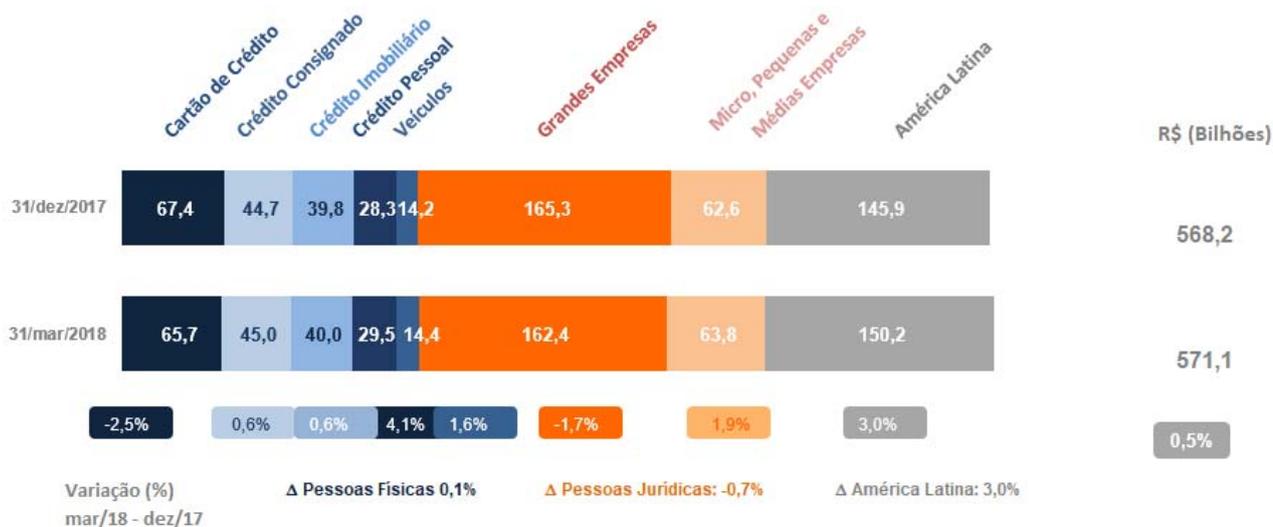
As despesas gerais e administrativas aumentaram 2,4% entre os 3 primeiros meses de 2017 e os de 2018, com acréscimo, principalmente, em remuneração e benefícios, sendo que o índice de eficiência ajustado ao risco foi de 60,8%, 3,7 pontos percentuais menor que no mesmo período de 2017.

No trimestre, pode-se destacar a evolução de receitas de prestação de serviços, que cresceram 7,6% em relação ao primeiro trimestre de 2017, principalmente as relacionadas a serviços de conta corrente, administração de recursos e cartões de crédito.

A carteira de crédito atingiu R\$ 571,1 bilhões ao final de março de 2018, representando aumento de 0,5% em relação a dezembro de 2017. No primeiro trimestre de 2018, assim como no trimestre anterior, foi observado crescimento de carteiras de operações com pessoas físicas e micro, pequenas e médias empresas.

O Itaú Unibanco está presente em 19 países, com uma equipe que soma, em 31 de março de 2018, 99,6 mil colaboradores, que trabalham pela satisfação de seus clientes. A remuneração fixa dos colaboradores somada aos seus encargos e benefícios totalizaram R\$ 4,1 bilhões nos 3 primeiros meses do ano.

Foi detalhada abaixo a carteira de crédito com garantias financeiras prestadas ao final de março de 2018:



Gestão de Capital e Distribuição de Resultados

Visando garantir a solidez e disponibilidade de capital para suportar o crescimento dos negócios do Itaú Unibanco, os níveis de capital regulatório foram mantidos acima do exigido pelo BACEN, conforme evidenciado pelos Índices de Capital Principal, de Nível I e de Basileia. O Itaú Unibanco pretende manter o nível mínimo estabelecido pelo Conselho de Administração de 13,5% de capital nível 1, sendo de, no mínimo, 12% de Capital Principal. Para mais informações, consulte o relatório “Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3” no site www.itaú.com.br/relacoes-com-investidores > Governança Corporativa.

O nível mínimo de capital, tanto regulatório quanto o estabelecido pelo Conselho de Administração está diretamente relacionado ao percentual de dividendos e JCP a ser distribuído aos acionistas, sendo que são fatores para definição sobre esse montante: a lucratividade no ano; as perspectivas de utilização de capital em função do crescimento esperado nos negócios; programas de recompra de ações fusões ou aquisições e alterações regulatórias que possam alterar a exigência de capital; e mudanças fiscais. Portanto, o percentual a ser distribuído poderá variar ano a ano em função da lucratividade e demandas de capital da Companhia, sempre considerando o mínimo previsto em seu Estatuto Social.

Ao final de março de 2018, o Índice de Basileia atingiu 16,6%, sendo: (i) 14,5% referente ao Capital de Nível I, que consiste no somatório do Capital Principal e do Capital Complementar; e (ii) 2,1% referente ao Capital de Nível II. Esses indicadores demonstram a capacidade efetiva de

absorver perdas inesperadas. O montante de instrumentos elegíveis a capital regulatório de Nível II alcançou R\$ 15,8 bilhões em 31 de março de 2018.



No primeiro trimestre de 2018, os investimentos consolidados para sustentação das operações (CAPEX) da Alpargatas totalizaram R\$ 9,8 milhões. Para o exercício de 2018, o CAPEX previsto é de R\$ 157,3 milhões.

Resultados

No encerramento do primeiro trimestre de 2018 a receita líquida atingiu R\$ 902,1 milhões, 11,7% superior ao mesmo período de 2017.

O lucro bruto consolidado foi de R\$ 408,8 milhões, um aumento de 16,7% em relação ao 1T17, e a margem bruta foi de 45,3%, superior à do 1T17 em 1,9 ponto percentual.

O EBITDA consolidado somou R\$ 169,1 milhões, valor 31,8% inferior ao primeiro trimestre de 2017, e a margem EBITDA foi de 18,7%. Desconsiderando o impacto dos itens não recorrentes em ambos os trimestres, o EBITDA recorrente consolidado do 1T18 aumentou 40,3% e a margem foi 2,9 pontos percentuais superior ao mesmo período do ano anterior.

No primeiro trimestre de 2018, o destaque no resultado da Alpargatas foi o bom desempenho no **Brasil**, cuja receita líquida avançou 22,9% em decorrência dos crescimentos das receitas de todos os seus negócios, especialmente o de Sandálias. O volume de vendas de Havaianas e Dupé

superou em 33,1% o do 1T17. Como o negócio Sandálias ganhou participação na receita e apresentou incremento de rentabilidade, a margem bruta do Brasil foi 4,5 pontos percentuais maior que a do 1T17. O EBITDA recorrente no Brasil aumentou 175,0% (desconsiderando os efeitos não recorrentes, como a exclusão do ICMS da base de cálculo da COFINS no 1T17).

Em **Sandálias Internacional**, houve redução no faturamento em moedas estrangeiras na maioria das regiões, com exceção da LATAM, devido às quedas nos volumes. A margem bruta foi 1,3 ponto percentual maior, porém não foi suficiente para compensar a menor produtividade das despesas operacionais, resultando em redução da margem EBITDA.

Na **Argentina**, a variação positiva de 19,0% na receita em pesos ficou abaixo da inflação local. A margem bruta recuou 5,1 pontos percentuais devido ao impacto da menor eficiência fabril nos custos de produção. Sem os efeitos de itens não recorrentes, a margem EBITDA da Argentina apresentou redução de 4,2 pontos percentuais.

O lucro líquido consolidado do trimestre totalizou R\$ 112,8 milhões, 37,2% inferior ao do 1T17, com margem líquida de 12,5%, impactado por itens não recorrentes no Brasil e na Argentina.

A geração de caixa operacional foi R\$ 427,6 milhões nos 12 meses encerrados em 31 de março de 2018. Em 31 de março de 2018, a Alpargatas apresentava posição financeira líquida de R\$ 111,3 milhões, resultado do saldo de caixa de R\$ 709,9 milhões e endividamento de R\$ 598,6 milhões.



Os investimentos consolidados para sustentação das operações totalizaram R\$ 80,7 milhões nos primeiros três meses de 2018, dos quais R\$ 43,1 milhões foram investimentos em ativo biológico e R\$ 37,6 milhões para manutenção fabril e projetos. O CAPEX projetado para 2018 é de R\$ 465,0 milhões com o foco permanecendo restrito a sustentação dos negócios e projetos de aumento de produtividade.

Em abril, o CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) aprovou a venda de terras e florestas para a Suzano, divulgada em fato relevante. A primeira tranche deste negócio envolve a alienação de 9.500 hectares de terras e florestas para a Suzano Papel e Celulose, pelo valor total de R\$ 308,1 milhões. O resultado da operação será contabilizado no segundo trimestre de 2018, e o

recebimento integral do caixa dessa transação ocorrerá até o final do ano.

Resultados

A receita líquida consolidada do trimestre apresentou incremento de 5,7% em relação ao mesmo período de 2017, totalizando R\$ 1.006,0 milhões, devido principalmente ao maior volume de vendas apurado na Divisão Madeira e a incorporação dos resultados da Ceusa. Desse montante, R\$ 177,1 milhões são oriundos do mercado externo, via exportações e vendas das nossas operações na Duratex Colômbia. As receitas fora do Brasil representaram, portanto, 17,6 % do total.

O primeiro trimestre de 2018 foi positivo na **Divisão Madeira**, impulsionado por maior volume de vendas tanto no mercado local quanto no exterior. O reposicionamento dos preços nos painéis de madeira implementado com êxito no começo do ano e uma estrutura de custos eficiente também contribuíram para esse resultado. Como consequência, a margem bruta apurada foi de 27,0%, acima do registrado no mesmo trimestre do ano anterior, refletindo uma maior eficiência operacional. A Divisão Madeira registrou uma receita de R\$ 628,1 milhões.

O resultado da **Divisão Deca** foi ligeiramente abaixo do primeiro trimestre de 2017, devido a recuperação ainda lenta da construção civil, cenário competitivo acirrado, mix concentrado em produtos de menor valor agregado e custos elevados. A Companhia registrou uma queda no volume de vendas na ordem de 7,9%, especialmente impactados pela retração em louças sanitárias e chuveiros elétricos. A receita da Divisão Deca foi de R\$ 333,5 milhões, com margem bruta de 26,1%. Esse resultado foi pressionado pelo mix menos nobre de produtos vendidos no trimestre e pela baixa ocupação das linhas de produção, que prejudicou a diluição de custos fixos.

As operações de **Revestimentos Cerâmicos**, por meio da marca Ceusa, complementam a estratégia da Duratex em oferecer uma maior gama de soluções aos clientes. A receita líquida no trimestre foi de R\$ 44,3 milhões, refletindo uma expedição de 1,3 milhões de m² de revestimentos. As operações apresentaram margem bruta de 40,1% no período. O EBITDA recorrente das operações foi de R\$ 10,1 milhões, que representa uma margem de 22,9%.

O lucro líquido consolidado do 1T18 foi de R\$ 30,8 milhões, refletindo em um ROE de 2,6%. A evolução positiva do lucro líquido da Duratex reflete principalmente a melhora operacional notada no período combinada com um desempenho financeiro mais favorável influenciado pela queda da taxa de juros.

A dívida líquida da Companhia encerrou o trimestre em R\$ 2.216,1 milhões, o que representa um índice de alavancagem de 2,79x (dívida líquida sobre EBITDA), ligeiramente abaixo do apresentado no mesmo período do ano anterior. Apesar do progresso nas operações e na capacidade de geração de caixa dos negócios, houve no trimestre uma série de saídas de caixa relevantes, tais como aporte referente aos investimentos na Viva Decora e Ceusa, além da distribuição de dividendos e JCP.



A NTS é detentora de autorizações para operação de 2.050 km de gasodutos na região Sudeste e tem 100% da sua capacidade de transporte de 158,2 milhões de m³ por dia contratada com a Petróleo Brasileiro S.A. por meio de cinco contratos de longo prazo na modalidade firme (“*ship-or-pay*”).

Resultados

No primeiro trimestre de 2018 a receita líquida da NTS atingiu R\$ 990 milhões, com EBITDA recorrente de R\$ 890 milhões. No período a NTS registrou lucro líquido recorrente de R\$ 455 milhões.

Dividendos e JCPs (Juros sobre Capital Próprio)

No período de janeiro a março de 2018 foram recebidos pela Itaúsa dividendos/JCP brutos no montante de R\$ 41,2 milhões e receita de juros sobre as debêntures detidas pela Itaúsa, R\$ 11,4 milhões.

Elekeiroz

Foram investidos R\$ 5,9 milhões no primeiro trimestre de 2018, destinados à sustentação das operações da Companhia.

Resultados

No primeiro trimestre de 2018 a Elekeiroz registrou lucro líquido de R\$ 14,0 milhões, versus prejuízo de R\$ 1,1 milhão no mesmo período de 2017.

A receita líquida teve alta de 14% em relação ao 1º trimestre de 2017, atingindo R\$ 257 milhões, impulsionada pelo crescimento nas exportações da empresa. As vendas internas ficaram praticamente estáveis, com leve alta de

1% no período, sendo a redução de volumes compensada por um diferente mix de produtos.

O lucro bruto do 1T18 atingiu R\$ 41,4 milhões, superior em 67% ao realizado no 1T17.

A expedição do 1º trimestre foi 8% inferior ao mesmo período do ano passado, queda motivada, sobretudo, pela diminuição na expedição de inorgânicos (-11%) devido à parada para manutenção da planta de ácido sulfúrico. O volume vendido de produtos orgânicos apresentou queda de 4%, em parte amenizada pelo aumento de 258% das exportações.

O EBITDA do primeiro trimestre de 2018 seguiu o crescimento verificado no lucro bruto e foi 98% superior ao mesmo período de 2017, atingindo R\$ 21,2 milhões.

Itautec

Resultados

Na Assembleia Geral de 19.03.2018 da Oki Brasil foi aprovado o seu aumento de capital social mediante emissão de 1.374.120 novas ações; a Itautec decidiu não participar desse aumento de capital, permanecendo com as 1.717.650 ações, que passaram a representar 10,31% do capital da Oki Brasil. Essa participação remanescente será vendida em janeiro de 2020 por meio do exercício de *put option* contra a Oki.

Em março de 2018, a Itautec concluiu o pagamento dos financiamentos junto da Financiadora de Estudos e Projetos - (“FINEP”), não possuindo dívida com instituições financeiras no final do período.

6) GESTÃO DE PESSOAS

O Conglomerado Itaúsa contava com cerca de 131 mil colaboradores ao final de março de 2018, incluindo aproximadamente 18 mil colaboradores em unidades no exterior e 75 pessoas dedicadas à realização das atividades próprias da Itaúsa.

7) AUDITORIA INDEPENDENTE – INSTRUÇÃO CVM nº 381

Procedimentos adotados pela Sociedade

A política de atuação da Itaúsa e empresas controladas na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos auditores independentes fundamenta-se na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Estes princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

No período de janeiro a março de 2018, não foram contratados junto aos auditores independentes e partes a eles relacionadas, serviços não relacionados à auditoria externa em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

Conforme estabelecido na instrução CVM nº 381, relacionamos os outros serviços prestados e sua data de contratação:

- 11 de janeiro - revisão da aderência dos normativos relativos a preço de transferência;
- 01 de fevereiro - revisão da Escrituração Contábil Fiscal;
- 15 de fevereiro - aquisição de materiais técnicos.

Justificativa dos Auditores Independentes – PwC

A prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descritos, não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados à Itaúsa e suas controladas. A política de atuação com a Itaúsa na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa substancia-se nos princípios que preservam a independência do Auditor Independente, e todos foram observados na prestação de referidos serviços.

8) AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos acionistas e clientes pela confiança a nós dispensada, a quem procuramos retribuir sempre com a obtenção de resultados diferenciados em relação ao mercado e com a oferta de produtos e serviços de qualidade, e aos nossos colaboradores, pelo talento com que têm contribuído para garantir o crescimento sustentável dos negócios.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Henri Penchas

Vice-Presidentes

Alfredo Egydio Setubal

Ana Lúcia de Mattos Barretto Villela

Conselheiros

Paulo Setubal

Rodolfo Villela Marino

Victório Carlos De Marchi

Conselheiros Suplentes

Ricardo Egydio Setubal

Ricardo Villela Marino

Silvio José Moraes

CONSELHO FISCAL

Presidente

Tereza Cristina Grossi Togni

Conselheiros

Flavio César Maia Luz

Guilherme Tadeu Pereira Júnior

José Maria Rabelo

Paulo Ricardo Moraes Amaral

Conselheiros Suplentes respectivos

Carlos Eduardo de Mori Luporini

Felício Cintra do Prado Júnior

Pedro Soares Melo

Isaac Berensztein

João Costa

DIRETORIA

Diretor Presidente

Alfredo Egydio Setubal (*)

Diretores Vice-Presidentes

Alfredo Egydio Arruda Villela Filho

Roberto Egydio Setubal

Rodolfo Villela Marino

(*) *Diretor de Relações com Investidores*

Contador

Ricardo Jorge Porto de Sousa

CRC 1SP 185.916/O-8

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.**Balanco Patrimonial Consolidado***(Em milhões de Reais)*

ATIVO	NOTA	31/03/2018	31/12/2017
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	1.722	1.218
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado	4	950	995
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	5	443	444
Clientes	6	1.054	1.091
Outros Ativos Financeiros	7a	895	1.056
Estoques	8	884	839
Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	9 IIa	47.598	50.934
Imobilizado, Líquido	10	3.563	3.669
Ativos Intangíveis, Líquidos	11	662	659
Ativos Biológicos	12	1.693	1.699
Ativos Fiscais		1.788	1.603
Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar		442	354
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	13b	1.260	1.158
Outros		86	91
Outros Ativos Não Financeiros	7a	219	68
TOTAL DO ATIVO		61.471	64.275

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	31/03/2018	31/12/2017
Passivo			
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio		2.074	1.377
Debêntures	14	1.229	1.208
Empréstimos e Financiamentos	15	3.185	3.548
Provisões	16	1.558	1.416
Obrigações Fiscais		764	664
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes		31	28
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	13b	580	496
Outras		153	140
Outros Passivos	7b	1.116	1.143
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		17	-
Total do Passivo		9.943	9.356
Patrimônio Líquido			
Capital Social	17a	37.145	37.145
Reservas	17d	12.619	16.075
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(1.264)	(1.294)
Total do Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores		48.500	51.926
Participações de Acionistas não Controladores		3.028	2.993
Total do Patrimônio Líquido		51.528	54.919
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		61.471	64.275

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.**Demonstração Consolidada do Resultado***(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)*

	NOTA	01/01 a 31/03/2018	01/01 a 31/03/2017
Receita Líquida de Vendas de Produtos e Serviços	19	1.262	1.178
Custo dos Produtos e Serviços	20	(947)	(921)
Lucro Bruto		315	257
Despesa com Vendas	20	(165)	(157)
Despesas Gerais e Administrativas	20	(79)	(73)
Outros Resultados Operacionais	21	51	6
Despesas Tributárias		(284)	(222)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	9 IIa	2.633	2.327
Resultado Operacional		2.471	2.138
Receitas Financeiras	22	56	107
Despesas Financeiras	22	(115)	(141)
Resultado Financeiro		(59)	(34)
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		2.412	2.104
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	13a	(18)	(162)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	13b	26	(3)
Lucro Líquido		2.420	1.939
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores		2.400	1.944
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Não Controladores		20	(5)
Lucro por Ação - Básico e Diluído	23		
Ordinárias		0,32	0,26
Preferenciais		0,32	0,26
Média ponderada quantidade de ações em circulação - Básica e Diluída			
Ordinárias		2.823.483.724	2.828.112.054
Preferenciais		4.650.146.149	4.575.176.570

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.
Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente

(Em milhões de Reais)

	01/01 a 31/03/2018	01/01 a 31/03/2017
Lucro Líquido	2.420	1.939
Outros Resultados Abrangentes	30	95
Itens que serão Reclassificados para o Resultado	30	119
Participação em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto, líquido dos impostos	19	118
Ajuste ao Valor Justo de Ativos Financeiros, Hedge e Variação Cambial de Investimentos no Exterior	19	118
Participação em Subsidiárias, líquido dos impostos	11	1
Variação Cambial de Investimentos no Exterior	11	1
Itens que não serão Reclassificados para o Resultado	-	(24)
Participação em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto, líquido dos impostos	-	(24)
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós Emprego	-	(24)
Total do Resultado Abrangente	2.450	2.034
Resultado Abrangente Atribuível à Participação dos Acionistas Controladores	2.430	2.039
Resultado Abrangente Atribuível aos Acionistas não Controladores	20	(5)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.
Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa
(Em milhões de Reais)

	Nota	01/01 a 31/03/2018	01/01 a 31/03/2017
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro Líquido Ajustado		119	(26)
Lucro Líquido		2.420	1.939
Ajustes ao Lucro Líquido:		(2.301)	(1.965)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	9 IIa	(2.633)	(2.327)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		(26)	3
Provisões para Passivos Contingentes	16b	156	111
Juros, Variações Cambiais e Monetárias Líquidas		86	113
Depreciação, Amortização e Exaustão		145	151
Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos	12c	(43)	(43)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	6	7	5
Outros		7	22
Variações nos Ativos e Passivos		(58)	113
(Aumento) Redução em Ativos Financeiros		42	(127)
(Aumento) Redução em Contas a Receber de Clientes		34	(56)
(Aumento) Redução em Estoques		(33)	32
(Aumento) Redução em Ativos Fiscais		(78)	291
Redução em Demais Ativos		74	546
Redução em Obrigações Fiscais		(13)	(146)
Redução em Demais Passivos		(84)	(427)
Outros		(61)	(91)
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social		(16)	(7)
Juros Pagos sobre Empréstimos e Financiamentos		(45)	(84)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades Operacionais		-	(4)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Venda de Investimentos		-	2
Recebimento de Juros sobre Debêntures		9	-
Aquisição de Imobilizado de Uso, Intangível e Ativos Biológicos		(89)	(104)
Venda de Imobilizado de Uso, Intangível e Ativos Biológicos		1	53
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Recebidos		5.472	2.676
Resgate de Debêntures		1	-
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Investimento		5.394	2.627
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		17	15
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos pagos		(4.531)	(2.233)
Ingresso de Empréstimos e Financiamentos		45	15
Amortização de Empréstimos e Financiamentos		(424)	(247)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamento		(4.893)	(2.450)
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		501	173
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	3	1.218	2.434
Variação Cambial sobre Caixa e Equivalentes de Caixa		3	-
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	3	1.722	2.607

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.
Demonstração Consolidada do Valor Adicionado

(Em milhões de Reais)

	01/01 a 31/03/2018	%	01/01 a 31/03/2017	%
Receitas	1.597		1.491	
Vendas de Produtos e Serviços	1.585		1.481	
Resultado de Créditos de Liquidação Duvidosa	(7)		(5)	
Outras Receitas	19		15	
Insumos Adquiridos de Terceiros	(1.056)		(1.009)	
Custos dos Produtos e Serviços	(890)		(848)	
Materiais, Energia, Serviços Terceiros e Outros	(166)		(161)	
Valor Adicionado Bruto	541		482	
Depreciação, Amortização e Exaustão	(145)		(151)	
Valor Adicionado Líquido Produzido	396		331	
Valor Adicionado Recebido em Transferência	2.732		2.436	
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	2.633		2.327	
Receitas Financeiras	56		107	
Outras Receitas	43		2	
Valor Adicionado Total a Distribuir	3.128		2.767	
Distribuição do Valor Adicionado	3.128	100,00%	2.767	100,00%
Pessoal	210	6,71%	198	7,16%
Remuneração Direta	169		159	
Benefícios	30		29	
F.G.T.S.	11		10	
Impostos, Taxas e Contribuições	393	12,56%	498	18,00%
Federais	385		487	
Estaduais	2		5	
Municipais	6		6	
Remuneração de Capitais de Terceiros	105	3,36%	132	4,77%
Juros	104		131	
Aluguéis	1		1	
Remuneração de Capital Próprio	2.420	77,37%	1.939	70,07%
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos/Provisionados	570		517	
Lucros Retidos do Período	1.830		1.427	
Participação dos Acionistas Não Controladores nos Lucros Retidos	20		(5)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.**Balanco Patrimonial Individual***(Em milhões de Reais)*

ATIVO	NOTA	31/03/2018	31/12/2017
Caixa e Equivalentes de Caixa		597	71
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado	4	950	995
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	5	443	444
Outros Ativos Financeiros		522	692
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio		486	656
Depósitos Judiciais em Garantia de Contingências		36	36
Investimentos em Subsidiárias, Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	9 Ic	49.811	53.119
Imobilizado, Líquido		90	88
Ativos Fiscais		1.262	1.078
Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar		338	254
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		922	822
Outros Tributos a Compensar		2	2
Outros Ativos		8	7
TOTAL DO ATIVO		53.683	56.494

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	31/03/2018	31/12/2017
Passivo			
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio		2.074	1.334
Debêntures	14	1.229	1.208
Empréstimos e Financiamentos		-	501
Provisões		1.392	1.244
Obrigações Fiscais		217	30
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		90	8
Outras		127	22
Outros Passivos		254	251
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		17	-
Total do Passivo		5.183	4.568
Patrimônio Líquido			
Capital Social	17a	37.145	37.145
Reservas	17d	12.619	16.075
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(1.264)	(1.294)
Total do Patrimônio Líquido		48.500	51.926
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		53.683	56.494

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.**Demonstração do Resultado Individual***(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)*

	NOTA	01/01 a 31/03/2018	01/01 a 31/03/2017
Outros Resultados		43	3
Despesas Gerais e Administrativas		(13)	(11)
Despesas Tributárias		(284)	(220)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido de Subsidiárias, Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	9 c	2.651	2.319
Resultado Operacional		2.397	2.091
Receitas Financeiras		21	41
Despesas Financeiras		(36)	(20)
Resultado Financeiro		(15)	21
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		2.382	2.112
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes		(1)	(142)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		19	(26)
Lucro Líquido		2.400	1.944
Lucro Por Ação - Básico e Diluído	23		
Ordinárias		0,32	0,26
Preferenciais		0,32	0,26
Média Ponderada da Quantidade de Ações em Circulação - Básica e Diluída			
Ordinárias		2.823.483.724	2.828.112.054
Preferenciais		4.650.146.149	4.575.176.570

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.***ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.****Demonstração do Resultado Abrangente Individual***(Em milhões de Reais)*

	01/01 a 31/03/2018	01/01 a 31/03/2017
Lucro Líquido	2.400	1.944
Outros Resultados Abrangentes	30	95
Itens que serão Reclassificados para o Resultado	30	119
Participação em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto, líquido dos impostos	19	118
Ajuste ao Valor Justo de Ativos Financeiros, Hedge e Variação Cambial de Investimentos no Exterior	19	118
Participação em Subsidiárias, líquido dos impostos	11	1
Variação Cambial de Investimentos no Exterior	11	1
Itens que não serão Reclassificados para o Resultado	-	(24)
Participação em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto, líquido dos impostos	-	(24)
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós Emprego	-	(24)
Total do Resultado Abrangente	2.430	2.039

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Nota 17)
(Em milhões de Reais)

	Atribuído à Participação dos Acionistas Controladores							Total do Patrimônio Líquido			
	Capital Social	Ações em Tesouraria	Reservas de Capital	Reservas de Lucros Integralizadas	Reservas de Lucros a Integralizar	Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	Lucros / (Prejuízos) Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Acionistas Controladores	Acionistas não Controladores	Total
Saldo em 01/01/2017	36.405	(204)	707	8.773	1.620	1.242	-	(1.743)	46.800	2.950	49.750
Transações com os Acionistas	-	204	-	(204)	-	(1.242)	(517)	-	(1.759)	5	(1.754)
Cancelamento de Ações em Tesouraria	-	204	-	(204)	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de Participação de Acionistas Não Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	5
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio do Exercício	-	-	-	-	-	-	(517)	-	(517)	-	(517)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio do Exercício Anterior	-	-	-	-	-	(1.242)	-	-	(1.242)	-	(1.242)
Transações com Subsidiárias e Controladas em Conjunto	-	-	(182)	(89)	-	-	-	-	(271)	-	(271)
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	-	-	1.944	95	2.039	(5)	2.034
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	1.944	-	1.944	(5)	1.939
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	95	95	-	95
Destinações:											
Reserva Legal	-	-	-	97	-	-	(97)	-	-	-	-
Reservas a Integralizar	-	-	-	-	1.330	-	(1.330)	-	-	-	-
Saldo em 31/03/2017	36.405	-	525	8.577	2.950	-	-	(1.648)	46.809	2.950	49.759
Mutações do Período	-	204	(182)	(196)	1.330	(1.242)	-	95	9	-	9
Saldo em 01/01/2018	37.145	-	719	10.559	(205)	5.002	-	(1.294)	51.926	2.993	54.919
Transações com os Acionistas	-	-	-	1	-	(5.002)	(570)	-	(5.571)	15	(5.556)
Aumento de Participação de Acionistas Não Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15	15
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio não Reclamados	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	1
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio do Exercício	-	-	-	-	-	-	(570)	-	(570)	-	(570)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio do Exercício Anterior	-	-	-	-	-	(5.002)	-	-	(5.002)	-	(5.002)
Transações com Subsidiárias e Controladas em Conjunto	-	-	(236)	(49)	-	-	-	-	(285)	-	(285)
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	-	-	2.400	30	2.430	20	2.450
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	2.400	-	2.400	20	2.420
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	30	30	-	30
Destinações:											
Reserva Legal	-	-	-	120	-	-	(120)	-	-	-	-
Reservas a Integralizar	-	-	-	-	1.710	-	(1.710)	-	-	-	-
Saldo em 31/03/2018	37.145	-	483	10.631	1.505	-	-	(1.264)	48.500	3.028	51.528
Mutações do Período	-	-	(236)	72	1.710	(5.002)	-	30	(3.426)	35	(3.391)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.
Demonstração dos Fluxos de Caixa Individual
(Em milhões de Reais)

	01/01 a 31/03/2018	01/01 a 31/03/2017
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro Líquido Ajustado	(85)	(231)
Lucro Líquido	2.400	1.944
Ajustes ao Lucro Líquido:	(2.485)	(2.175)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido de Subsidiárias, Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	(2.651)	(2.319)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(19)	26
Provisão para Passivos Contingentes	157	107
Variações Monetárias Líquidas	27	10
Depreciação e Amortização	1	1
Variações nos Ativos e Passivos	83	125
(Aumento) Redução em Ativos Financeiros	43	(127)
(Aumento) Redução em Ativos Fiscais	(79)	248
Redução em Demais Ativos	378	290
Aumento (Redução) em Obrigações Fiscais	105	(135)
Redução em Demais Passivos	(364)	(151)
Outros	(3)	-
Juros Pagos sobre Empréstimos e Financiamentos	(3)	-
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades Operacionais	(5)	(106)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Venda de Investimentos	-	2
Aquisição de Imobilizado e Intangível	(2)	-
Resgate de Debêntures	1	-
Recebimento de Juros sobre Debêntures	9	-
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Recebidos	5.495	2.678
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Investimento	5.503	2.680
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Integralização de Capital	17	15
Amortização de Empréstimos e Financiamentos	(520)	-
Ingresso de Empréstimos e Financiamentos	20	-
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Pagos	(4.489)	(2.229)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamento	(4.972)	(2.214)
Aumento do Caixa e Equivalentes de Caixa	526	360
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	71	666
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	597	1.026

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.
Demonstração do Valor Adicionado Individual
(Em milhões de Reais)

	01/01 a 31/03/2018	%	01/01 a 31/03/2017	%
Insumos Adquiridos de Terceiros	(12)		(8)	
Serviços de Terceiros	(9)		(6)	
Outros	(3)		(2)	
Valor Adicionado Bruto	(12)		(8)	
Depreciação e Amortização	(1)		(1)	
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	(13)		(9)	
Valor Adicionado Recebido em Transferência	2.722		2.363	
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido de Subsidiárias, Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	2.651		2.319	
Receitas Financeiras	28		41	
Outras Receitas	43		3	
Valor Adicionado Total a Distribuir	2.709		2.354	
Distribuição do Valor Adicionado	2.709	100,00%	2.354	100,00%
Pessoal - Remuneração Direta	2	0,07%	2	0,08%
Impostos, Taxas e Contribuições	267	9,86%	388	16,48%
Remuneração de Capitais de Terceiros - Juros	40	1,48%	20	0,85%
Remuneração do Capital Próprio	2.400	88,59%	1.944	82,59%
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	570		517	
Lucros Retidos do Período	1.830		1.427	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚSA – INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Em 31 de março de 2018

(Em milhões de Reais, exceto quando divulgado de outra forma)

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

A Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. (“ITAÚSA”) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída e existente segundo as leis brasileiras e está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 Jabaquara, Torre Olavo Setubal, na cidade de São Paulo, SP, Brasil.

A ITAÚSA tem por objeto participar de outras sociedades, no País ou no exterior, para investimento em quaisquer setores da economia, inclusive por meio de fundos de investimento, disseminando nas investidas os seus princípios de valorização do capital humano, governança e ética nos negócios e geração de valor para os acionistas, de forma sustentável.

Por intermédio de suas controladas, controladas em conjunto e outros investimentos, a ITAÚSA participa dos mercados de serviços financeiros (Itaú Unibanco Holding), painéis de madeira, louças, metais sanitários, revestimentos cerâmicos e chuveiros elétricos (Duratex), calçados, artigos de vestuário e artigos esportivos (Alpargatas), transporte de gás (Nova Transporte do Sudeste – NTS) e produtos químicos (Elekeiroz) – conforme demonstrado na Nota 25 “Informações por Segmento”.

A ITAÚSA é uma holding controlada pela família Egydio de Souza Aranha que detém 63,26% das ações ordinárias e 16,97% das ações preferenciais, 34,45% do total.

O responsável pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas da ITAÚSA é o Conselho Fiscal.

Estas Demonstrações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da ITAÚSA – Investimentos Itaú S.A. em 14 de maio de 2018.

NOTA 2 – POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão descritas abaixo.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas da Itaúsa e suas controladas (ITAÚSA CONSOLIDADO) foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), bem como pelas normas internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards* – IFRS) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC e são apresentadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo da aplicação das políticas contábeis da ITAÚSA e de suas controladas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis consolidadas estão divulgadas na Nota 2.3.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

Todas as referências aos Pronunciamentos do CPC devem ser entendidas também como referências aos correspondentes Pronunciamentos dos IFRS e vice-versa, observando que, em geral, a adoção antecipada de revisões ou novos IFRSs não está disponível no Brasil.

2.2 NOVOS PRONUNCIAMENTOS E ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EXISTENTES

a) Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período findo em 31 de março de 2018

CPC 48 / IFRS 9 – “Instrumentos Financeiros”

O CPC 48 estabelece novos critérios para a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. Esse pronunciamento substituiu o CPC 38/IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e requer a classificação dos ativos financeiros em três categorias: mensurados ao valor justo através do resultado (VJR), valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e mensurados ao custo amortizado, a partir da combinação de dois fatores: o modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros e as características contratuais do fluxo de caixa dos mesmos. A ITAÚSA adotou o CPC 48 a partir de 1º de janeiro de 2017, sendo assim, os saldos de períodos anteriores estão sendo reapresentados.

Com relação aos passivos financeiros, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo CPC 38, sendo a principal mudança o registro da variação no valor justo relativa ao risco de crédito da própria entidade em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, para os passivos financeiros em que a entidade adotou a opção de valor justo. A ITAÚSA não teve qualquer impacto na adoção do CPC 48 para fins de classificação e mensuração de seus passivos financeiros.

O CPC 48 também substituiu o modelo de perdas incorridas do CPC 38 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”, que abrange todos os ativos financeiros classificados como custo amortizado e VJORA. Para a mensuração dessa perda, é avaliada a da situação creditícia específica das contrapartes e os prováveis impactos de mudanças em fatores econômicos ou conjunturais nas perdas de crédito.

Em relação à Contabilidade Hedge, o CPC 48 não alterou os princípios gerais de como são designados e contabilizados os hedges considerados efetivos de acordo com o CPC 38. Sendo assim, não houve impacto nas demonstrações contábeis da ITAÚSA decorrentes da aplicação do CPC 48 nesse quesito.

O maior impacto decorrente da adoção do CPC 48 nas demonstrações contábeis da ITAÚSA é oriundo dos efeitos apurados pela sua entidade de controle compartilhado ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A. A tabela a seguir demonstra os principais efeitos da adoção do CPC 48 nas demonstrações do ITAÚ UNIBANCO na data da aplicação inicial (01/01/2017) e no fechamento de 31/03/2017:

	31/03/2017		01/01/2017
	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido
Saldo inicial de acordo com o CPC 38 (IAS 39) - atribuível aos acionistas controladores	122.163	6.001	122.582
Mudança de política contábil de baixa de ativos (a)	2.539	77	2.462
Perda esperada - operações de crédito e de arrendamento mercantil (b)	(7.058)	325	(7.385)
Perda esperada - demais ativos financeiros (b)	(1.143)	(612)	(468)
Modificação de ativos financeiros (c)	35	(1)	36
Ajuste a valor justo de ativos financeiros (d)	(881)	275	(787)
Impostos diferidos sobre os ajustes	3.966	63	3.712
Participação de acionistas não controladores	(121)	(65)	(57)
Total de ajustes	(2.663)	62	(2.487)
Saldo de acordo com o CPC 48 (IFRS 9) - atribuível aos acionistas controladores	119.500	6.063	120.095

(a) Mudança de políticas contábeis de baixa parcial de ativos financeiros, de acordo com o CPC 23, o que ocasionou a ativação proporcional alinhando o comportamento de recuperação dos ativos financeiros a sua realização econômica.

(b) Alteração no modelo de cálculo baseado em perda incorrida (CPC 38) para perda esperada, considerando informações prospectivas

(c) Adequação do valor contábil bruto de ativos financeiros que tiveram seus fluxos de caixa modificados (sem baixa), os quais tiveram seu saldo recalculado de acordo com os requerimentos do CPC 48.

(d) Alteração do modelo de mensuração de ativos financeiros devido às novas categorias introduzidas pelo CPC 48.

CPC 47 / IFRS 15 – “Receita de Contratos com Clientes”

O CPC 47 está baseado em uma abordagem de cinco etapas, que procura identificar os contratos com clientes, suas obrigações de desempenho e o preço tanto do contrato como um todo como de cada uma das obrigações de desempenho, considerando condições de mercado ou outras metodologias alternativas, se necessário. Ao final, a entidade deve definir se a receita será reconhecida ao longo do tempo ou em um determinado momento, considerando a forma e o momento da transferência dos bens ou serviços aos clientes.

Esse pronunciamento substituiu o CPC 30 / IAS 18 – “Receitas” e o CPC 17 / IAS11- “Contratos de Construção”, bem como as interpretações relacionadas.

O efeito da aplicação do CPC 47 não foi considerado relevante nas demonstrações contábeis da ITAÚSA.

Abaixo apresentamos os impactos da adoção do CPC 47 e do CPC 48 na ITAÚSA:

	31/03/2017		01/01/2017
	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido
Valores divulgados	47.804	1.921	47.729
Ajustes adoção novos CPCs (*)	(993)	23	(929)
Valores de acordo com o CPC 47 e CPC 48	46.811	1.944	46.800

(*) A contrapartida dos ajustes foi registrada na conta Investimentos em Subsidiárias, Associadas e Entidades Controladas em Conjunto.

b) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros

O pronunciamento a seguir entrará em vigor para períodos após a data destas Demonstrações Contábeis e não foi adotado antecipadamente:

- CPC 06 (R2) / IFRS 16 – “Operações de Arrendamento Mercantil” - A norma aborda a eliminação da contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: a) reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais; b) reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente; e c) reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. O IFRS 16 (cuja norma correlata no Brasil é o CPC 06 (R2)) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o IAS 17 - Operações de Arrendamento Mercantil (cuja norma correlata é o CPC 06 (R1)) e o IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. Os possíveis impactos decorrentes da adoção desta norma para as demonstrações contábeis da ITAÚSA e suas controladas estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a ITAÚSA e suas controladas.

2.3 ESTIMATIVAS CONTÁBEIS CRÍTICAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas em conformidade com os CPCs, exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos, passivos e passivos contingentes divulgados na data das demonstrações contábeis consolidadas, bem como os montantes divulgados de receitas, despesas, ganhos e perdas durante os períodos apresentados e em períodos subsequentes, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão em conformidade com os CPCs e são as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com a norma aplicável. As estimativas e os julgamentos são continuamente avaliados e consideram a experiência passada e outros fatores.

As demonstrações contábeis incluem diversas estimativas e premissas utilizadas. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos valores contábeis de ativos e passivos, estão descritas abaixo:

a) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

Conforme explicado na Nota 2.4m, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação às diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que a ITAÚSA e suas controladas irão gerar lucro tributável futuro para sua realização. A realização esperada do crédito tributário da ITAÚSA e de suas controladas é baseada na projeção de receitas futuras e outros estudos técnicos, conforme divulgado na Nota 13. O montante de ativo fiscal diferido em 31/03/2018 era de R\$ 1.260 (R\$ 1.158 em 31/12/2017).

b) Valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos

O Valor Justo de Instrumentos Financeiros, incluindo Derivativos, é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da administração da ITAÚSA e suas controladas com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

A ITAÚSA e suas controladas classificam as mensurações de valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete a significância dos dados usados no processo de mensuração. Há três níveis referentes à hierarquia de valor justo que estão detalhados na Nota 27.

A ITAÚSA e suas controladas acreditam que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado, no entanto, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos.

As metodologias utilizadas para avaliar o valor justo de determinados instrumentos financeiros também são descritas em detalhes na Nota 27.

c) Provisões, Ativos e Passivos contingentes

A ITAÚSA e suas controladas revisam periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

As contingências classificadas como Perdas Prováveis são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme detalhado na Nota 16.

O valor contábil dessas provisões em 31/03/2018 era de R\$ 1.632 (R\$ 1.471 em 31/12/2017).

d) Risco de variação do valor justo dos ativos biológicos

Foram adotadas várias estimativas para avaliar as reservas florestais de acordo com a metodologia estabelecida pelo CPC 29 / IAS 41 – “Ativo biológico e produto agrícola”. Essas estimativas foram baseadas em referências de mercado, as quais estão sujeitas a mudanças de cenário que poderão impactar as informações contábeis consolidadas. Nesse sentido, uma queda de 5% nos preços de mercado da madeira em pé provocaria uma redução do valor justo dos ativos biológicos da ordem de R\$ 58, líquido dos efeitos tributários. Caso a taxa de desconto apresentasse uma elevação de 0,5%, provocaria uma redução no valor justo dos ativos biológicos da ordem de R\$ 10, líquido dos efeitos tributários.

As metodologias utilizadas para avaliar o valor justo de ativos biológicos também são descritas em detalhes na Nota 12.

e) Benefícios de planos de previdência

O valor atual dos ativos relacionados a planos de previdência depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas (Nota 24b). Entre essas premissas usadas na determinação dos valores está a taxa de desconto e condições atuais de mercado. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão os correspondentes valores contábeis.

f) Perda (*impairment*) estimada do ágio

A ITAÚSA e suas controladas testam anualmente ou, se houver algum indicador, a qualquer tempo, eventuais perdas no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na nota 2.4j. O saldo poderá ser impactado por mudanças no cenário econômico ou mercadológico.

2.4 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) CONSOLIDAÇÃO

I. Subsidiárias

De acordo com o CPC 36 / IAS 27 – “Demonstrações Consolidadas”, as subsidiárias são entidades nas quais a ITAÚSA possui controle. A ITAÚSA controla uma entidade quando está exposta a, ou possui direitos a, seus retornos variáveis oriundos do envolvimento com a entidade e possui a habilidade de afetar tais retornos.

A tabela a seguir apresenta as entidades sob controle conjunto da ITAÚSA que são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nestas demonstrações contábeis e as subsidiárias consolidadas integralmente.

	Pais de constituição	Atividade	Porcentagem do capital em 31/03/2018	Porcentagem do capital em 31/12/2017
Joint Ventures				
Itaú Unibanco Holding S.A.	Brasil	Holding/Instituição Financeira	37,51%	37,64%
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	Brasil	Holding	66,53%	66,53%
Alpargatas S.A.	Brasil	Calçados, Vestuários e Artigos Esportivos	27,55%	27,55%
Consolidação Integral				
Duratex S.A.	Brasil	Madeira, Louças e Metais Sanitários	36,68%	36,68%
Elekeiroz S.A.	Brasil	Produtos Químicos	96,60%	96,60%
Itaúsa Empreendimentos S.A.	Brasil	Prestação de Serviços	100,00%	100,00%
Itautec S.A.	Brasil	Tecnologia da Informação	98,93%	98,93%
ITH Zux Cayman Ltd.	Ilhas Cayman	Holding	100,00%	100,00%

II. Combinação de Negócios

A contabilização de combinações de negócios de acordo com o CPC 15 / IFRS 3 – “Combinação de Negócios” somente é aplicável quando um negócio é adquirido. De acordo com o CPC 15 / IFRS 3, um negócio é definido como um conjunto integrado de atividades e de ativos conduzidos e administrados com o propósito de fornecer retorno aos investidores ou redução de custos ou ainda outros benefícios econômicos. Um negócio geralmente consiste em um conjunto integrado de atividades e ativos que é capaz de ser conduzido e administrado com a finalidade de oferecer um retorno, na forma de dividendos, custos mais baixos ou outros benefícios econômicos, diretamente aos investidores ou outros sócios, membros ou participantes. Se existe ágio em um conjunto de atividades e de ativos transferidos, presume-se que este é um negócio. Para as aquisições que atendem a definição de negócio, a contabilização pelo método da compra é requerida.

O custo de uma aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos entregues, instrumentos de patrimônio emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data da troca, adicionados os custos diretamente atribuíveis à aquisição. Os ativos adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos identificáveis em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente a valor justo na data de aquisição, independentemente da existência de participação de não controladores. O excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é reconhecido como ágio.

O tratamento do ágio é descrito na Nota 2.4 j. Se o custo de aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente no resultado.

Para cada combinação de negócios o adquirente deve mensurar qualquer participação não controladora na adquirida pelo valor justo ou pelo valor proporcional de sua participação nos ativos líquidos da adquirida.

III. Transações com acionistas não controladores

O CPC 36 / IAS 27 – “Demonstrações Consolidadas” determina que alterações de participação em uma subsidiária, que não resultam em alteração de controle, são contabilizadas como transações de capital e qualquer diferença entre o valor pago e o valor correspondente aos acionistas não controladores é reconhecida diretamente no patrimônio líquido consolidado.

b) CONVERSÃO DE MOEDAS ESTRANGEIRAS

I. Moeda funcional e moeda de apresentação

As Demonstrações Contábeis Consolidadas da ITAÚSA e suas controladas estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação. Para cada investimento detido, a ITAÚSA e suas controladas definiram a moeda funcional, conforme previsto no CPC 02 / IAS 21 - “Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis”.

Os ativos e passivos de subsidiárias com moeda funcional diferente ao Real são convertidos como segue:

- Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço;
- Receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal;
- Ganhos e perdas de conversão são registrados na rubrica “Outros Resultados Abrangentes”.

II. Transações em moeda estrangeira

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado como resultado financeiro.

No caso de ativos monetários classificados como disponíveis para venda, as diferenças cambiais que resultam de uma mudança no custo amortizado do instrumento são reconhecidas no resultado enquanto as diferenças cambiais que resultam de outras mudanças no valor contábil, exceto perda por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em Outros resultados abrangentes até o desreconhecimento ou redução ao valor recuperável.

c) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A ITAÚSA e suas controladas definem como Caixa e Equivalentes de Caixa as Disponibilidades (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos), Aplicações e Ativos Financeiros com prazo original igual ou inferior a 90 dias, conforme demonstrado na Nota 3.

d) ATIVOS FINANCEIROS

I. Classificação

A ITAÚSA e suas controladas classificam seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, dependendo das características do fluxo de caixa dos mesmos e dos modelos de negócios utilizados pela entidade para a gestão dos ativos financeiros. As classificações utilizadas são: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são aqueles cuja característica de fluxo de caixa corresponde unicamente ao pagamento de principal e juros e que sejam geridos em um modelo de negócios para obtenção dos fluxos de caixa contratuais do instrumento.

(b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são aqueles cuja característica de fluxo de caixa também corresponda somente ao pagamento de principal e juros e que sejam geridos em um modelo de negócios que envolva tanto a obtenção de fluxos de caixa contratuais desses instrumentos quanto a venda dos mesmos.

(c) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros cuja característica de fluxo de caixa não corresponda somente ao pagamento de principal e juros ou que sejam geridos em um modelo de negócios para venda no curto prazo (negociação). Tais ativos são classificados no ativo circulante.

II. Reconhecimento e Mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como mensurado ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos. Neste último caso, desde que a ITAÚSA e suas controladas tenham transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e através de outros resultados abrangentes são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo, sendo que os efeitos da mudança no valor justo são reconhecidos, respectivamente, no resultado do período ou em outros resultados abrangentes. Os ativos financeiros mensurados a custo amortizado são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Quando os títulos de dívida classificados como a valor justo por meio de outros resultados abrangentes são vendidos, os ajustes acumulados do valor justo reconhecidos na conta destacada do patrimônio líquido ("Ajuste de Avaliação Patrimonial"), são incluídos na demonstração do resultado como "Resultado Financeiro". Por outro lado, os ativos de patrimônio classificados como VJORA nunca terão seus efeitos de marcação à valor justo reconhecidos na demonstração do resultado, mesmo se forem vendidos, sendo que tais montantes deverão ser reclassificados para lucros acumulados.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a ITAÚSA e suas controladas estabelecem o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria ITAÚSA e suas controladas.

III. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial unicamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

IV. Impairment de ativos financeiros

A ITAÚSA e suas controladas avaliam na data de cada período do relatório a necessidade de reconhecimento de perdas por *impairment*, para todos os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Não são considerados, para fins dessa avaliação, os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e os instrumentos de patrimônio, mesmo que designados como valor justo através de outros resultados abrangentes.

Para fins de determinação da perda por *impairment* são considerados diversos elementos, tais como a situação creditícia de cada ativo financeiro, a análise da conjuntura econômica ou setorial e o histórico de perdas reconhecidas em períodos anteriores.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um ativo financeiro tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a taxa efetiva de juros atualizada determinada de acordo com o contrato. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir, a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

e) INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS E ATIVIDADES DE HEDGE

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são subsequentemente, remensurados ao seu valor justo por meio de resultado.

Os derivativos são contratados como uma forma de administração de riscos financeiros, sendo que a política da ITAÚSA e suas controladas é a de não contratar operações com derivativos alavancados.

Embora não tenha como política a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), a ITAÚSA e suas controladas designam determinadas dívidas ao valor justo por meio do resultado, dada a existência de ativos financeiros derivativos diretamente relacionados a empréstimos, como forma de eliminar o reconhecimento de ganhos e perdas em diferentes períodos.

f) CLIENTES

São registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos, acrescidos de variações cambiais, quando aplicável. As contas a receber de clientes referem-se na sua totalidade a operações de curto prazo e assim não são trazidas a valor presente por não representar ajustes relevantes nas demonstrações contábeis. As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (*impairment*) são constituídas com base na análise dos riscos de realização dos créditos em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

As recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas contra "Outros Resultados Operacionais", na demonstração do resultado.

g) ESTOQUES

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou da produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores líquidos de realização, dos dois o menor. As importações em andamento são demonstradas ao custo de cada importação.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta e outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade normal).

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados para efetuar a venda.

h) INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E ENTIDADES CONTROLADAS EM CONJUNTO

I. Associadas

De acordo com CPC 18 / IAS 28 – “Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto”, associadas são aquelas empresas nas quais o investidor tem influência significativa, porém não detém o controle. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial. O investimento em associadas e entidades controladas em conjunto inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

II. Entidades Controladas em Conjunto (*Joint Ventures*)

De acordo com o CPC 19 / IAS 31 – “Negócios em Conjunto”, investimentos em negócios em conjunto são classificados como operações em conjunto ou empreendimentos controlados em conjunto (“*Joint Ventures*”).

A classificação depende dos direitos e obrigações contratuais que cada investidor possui ao invés da estrutura legal do negócio em conjunto.

A participação da ITAÚSA e de suas controladas nos lucros ou prejuízos de suas empresas não consolidadas pós-aquisição é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado. A participação na movimentação em reservas do Patrimônio Líquido de suas empresas não consolidadas é reconhecida em suas reservas correspondentes do Patrimônio Líquido. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação da ITAÚSA e de suas controladas nas perdas de uma empresa não consolidada for igual ou superior à sua participação em empresas não consolidadas, incluindo quaisquer outros recebíveis, a ITAÚSA e suas controladas não reconhecem perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da empresa não consolidada.

Os ganhos não realizados das operações entre a ITAÚSA e suas controladas e suas empresas não consolidadas são eliminados na proporção da participação da ITAÚSA e suas controladas. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda por redução ao valor recuperável do ativo transferido. As políticas contábeis das empresas não consolidadas foram alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela ITAÚSA e suas controladas.

Se a participação acionária na empresa não consolidada for reduzida, mas a ITAÚSA e suas controladas mantiverem influência significativa ou controle compartilhado, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros Resultados Abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição ocorridos em participações em empresas não consolidadas, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado, na rubrica “Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto”.

i) IMOBILIZADO

De acordo com o CPC 27 / IAS 16 – “Ativo Imobilizado”, o imobilizado é contabilizado pelo seu custo de aquisição menos depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos. Tais taxas são apresentadas na Nota 10.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada período.

A ITAÚSA e suas controladas avaliam os ativos a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos imobilizados são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o CPC 01 / IAS 36 – “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar eventual redução no valor recuperável, os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado de forma confiável.

Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica “Outros Resultados Operacionais”.

j) ATIVO INTANGÍVEL - ÁGIO

De acordo com o CPC 15 / IFRS 3 – “Combinação de Negócios”, ágio é o excesso entre o custo de uma aquisição e o valor justo da participação do comprador nos ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida na data de aquisição. O ágio não é amortizado, mas seu valor recuperável é avaliado anualmente ou quando exista indicação de uma situação de perda por redução ao valor recuperável, com a utilização de uma abordagem que envolve a identificação das unidades geradoras de caixa e a estimativa de seu valor justo menos seu custo de venda e/ou seu valor em uso.

Conforme definido no CPC 01 / IAS 36 - “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, uma unidade geradora de caixa é o menor agrupamento de ativos capazes de gerar fluxos de caixas independentemente das entradas de caixa atribuídas a outros ativos e outros grupos de ativos. O ágio é alocado para as unidades geradoras de fluxo de caixa para propósito do teste do valor recuperável. A alocação é efetuada para aquelas unidades geradoras de caixa em que são esperados benefícios em decorrência da combinação de negócio.

O CPC 01 / IAS 36 determina que uma perda por redução ao valor recuperável deve ser reconhecida para a unidade geradora de caixa se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que seu valor contábil. A perda deve ser alocada para reduzir, primeiramente o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade geradora de caixa e, em seguida, dos outros ativos da unidade em uma base pro-rata do valor contábil de cada ativo. A perda não pode reduzir o valor contábil de um ativo abaixo do maior valor entre o valor justo menos os custos de venda e seu valor em uso. A perda por redução ao valor recuperável do ágio não pode ser revertida.

Os ágios das empresas não consolidadas são apresentados como parte do investimento no Balanço Patrimonial consolidado na rubrica Investimentos em associadas e entidades controladas em conjunto e a análise do valor recuperável é realizada em relação ao saldo total dos investimentos (incluindo o ágio).

k) ATIVO INTANGÍVEL – OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis compreendem bens incorpóreos, incluem softwares e outros ativos e são reconhecidos inicialmente ao custo. Os ativos intangíveis são reconhecidos quando provem de direitos legais ou contratuais, seu custo pode ser mensurável confiavelmente e, no caso de intangíveis não oriundos de aquisições separadas ou combinações de negócios, é provável que existam benefícios econômicos futuros oriundo do seu uso. O saldo de ativos intangíveis refere-se a ativos adquiridos ou produzidos internamente.

Os ativos intangíveis podem ser de vida útil definida ou indefinida. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

A ITAÚSA e suas controladas avaliam, no mínimo anualmente, seus ativos intangíveis a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis, bem como uma possível reversão nas perdas por redução de valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos intangíveis são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o CPC 01 / IAS 36, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupos de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar eventual redução no valor recuperável os ativos são grupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado de forma confiável.

Conforme previsto pelo CPC 04 / IAS 38 – “Ativo Intangível”, a ITAÚSA e suas controladas elegeram o modelo de custo para mensurar seus ativos intangíveis após seu reconhecimento inicial.

I) ATIVOS BIOLÓGICOS

As reservas florestais são reconhecidas ao seu valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita conforme Nota 12. Para plantações imaturas (até um ano de vida), considera-se que o seu custo se aproxima ao seu valor justo. Os ganhos ou perdas surgidas do reconhecimento de um ativo biológico ao valor justo, menos os custos de venda, são reconhecidos na demonstração de resultado. A exaustão apropriada na demonstração do resultado é formada pela parcela do custo de formação e da parcela referente ao diferencial do valor justo.

Os custos na formação desses ativos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os efeitos da variação do valor justo do ativo biológico são apresentados em conta própria da demonstração de resultado.

m) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Existem dois componentes na provisão para imposto de renda e contribuição social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável. O ativo corrente e o passivo corrente são registrados no Balanço Patrimonial nas rubricas Ativos Fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar e Obrigações Fiscais – Imposto Renda e Contribuição Social Correntes, respectivamente.

O componente diferido representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributárias dos ativos e passivos no final de cada exercício. Os créditos tributários, incluindo os decorrentes de prejuízos fiscais, somente são reconhecidos quando é provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação. Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas são reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Ativos fiscais – Imposto de renda e Contribuição Social Diferidos e Obrigações Fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, respectivamente.

A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no Resultado abrangente acumulado, tal como: o imposto diferido sobre a mensuração ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda e o imposto sobre *hedges* de fluxo de caixa. Os impostos diferidos destes itens são inicialmente reconhecidos em Outros resultados abrangentes e posteriormente reconhecidos no resultado conjuntamente com o reconhecimento do ganho/perda originalmente diferido.

Alterações na legislação fiscal e nas alíquotas tributárias são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social no período em que entram em vigor. Os juros e multas são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica de Despesas Gerais e Administrativas. O imposto de renda e a contribuição social são calculados às alíquotas abaixo apresentadas e consideram, para efeito de cálculo as respectivas bases, a legislação vigente pertinente a cada encargo, que no caso das operações no Brasil são iguais para todos os períodos apresentados:

Imposto de Renda	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social	9%

Para determinar o nível adequado de provisões para impostos a serem mantidas para posições tributárias incertas é usada uma abordagem de duas etapas segundo a qual um benefício fiscal é reconhecido se uma posição tiver mais probabilidade de ser sustentada do que de não o ser. O montante do benefício é então mensurado para ser o maior benefício fiscal que tenha mais de 50% de probabilidade de ser realizado.

n) BENEFÍCIOS A FUNCIONÁRIOS

Planos de pensão - contribuição definida

As controladas da ITAÚSA oferecem Plano de Contribuição Definida a todos os colaboradores, administrados pela Fundação Itaúsa Industrial. O regulamento do plano prevê a contribuição das patrocinadoras entre 50% e 100% do montante aportado pelos colaboradores. A ITAÚSA e suas controladas já ofereceram Plano de Benefício Definido a seus colaboradores, mas esse plano está em extinção com acesso vedado a novos participantes.

Em relação ao Plano de Contribuição Definida, não há obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que essas contribuições levarem a uma redução efetiva dos pagamentos futuros.

o) PLANO DE OUTORGA DE OPÇÕES DE AÇÕES

Os planos de outorga de ações são contabilizados de acordo com o CPC 10 / IFRS 2 – “Pagamento baseado em ações” que determina que a entidade calcule o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados com base no valor justo dos mesmos na data da outorga das opções. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito de exercício dos instrumentos.

O montante total a ser lançado como despesa é determinado pelo valor justo das opções outorgadas excluindo o impacto de qualquer prestação de serviços e condições de carência para performance que não de mercado (especialmente empregados que permaneçam na entidade durante um período de tempo específico). O cumprimento de condições de carência que não de mercado estão incluídos nos pressupostos referentes ao número de opções que se espera que sejam exercidas. No final de cada período, a entidade revisa suas estimativas sobre o número de opções que se espera que sejam exercidas baseados nas condições de carência que não de mercado. É reconhecido o impacto da revisão de estimativas originais, se for o caso, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no Patrimônio Líquido.

Quando as opções são exercidas, as controladas geralmente entregam ações em tesouraria para os beneficiários.

O valor justo das opções de ações é estimado utilizando-se modelos de precificação de opções que levam em conta o preço de exercício da opção, a cotação atual, a taxa de juros livre de risco e a volatilidade esperada do preço da ação sobre a vida da opção.

Todos os planos para outorga de opções de ações estabelecidos pelas controladas correspondem a planos que podem ser liquidados exclusivamente com a entrega de ações – Nota 18.

p) EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), utilizando o método a taxa de juros efetiva, exceto aqueles que têm instrumentos derivativos de proteção, os quais serão avaliados ao seu valor justo.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

q) CAPITAL SOCIAL E AÇÕES EM TESOURARIA

Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

Ações em Tesouraria

As ações preferenciais e ordinárias recompradas são registradas no Patrimônio Líquido em Ações em tesouraria pelo seu preço médio de aquisição.

As ações em tesouraria que venham a ser vendidas posteriormente, por exemplo, as vendidas aos beneficiários do Plano de Outorga de Opções de Ações, são registradas como uma redução das ações em tesouraria pelo preço médio das ações mantidas em tesouraria naquela data.

A diferença entre o preço de venda e o preço médio das ações em tesouraria é contabilizada como uma redução ou um aumento em Reservas Integralizadas. O cancelamento de ações mantidas em tesouraria é contabilizado como uma redução nas ações em tesouraria contra Reservas integralizadas, pelo preço médio das ações em tesouraria na data do cancelamento.

r) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada ano com pagamentos trimestrais, ajustado de acordo com a legislação vigente. Os valores de dividendo mínimo estabelecido no estatuto social são contabilizados como passivo no final de cada trimestre. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral. Desde 1º de janeiro de 1996, as empresas brasileiras têm a permissão para atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível para fins fiscais, sobre seu capital próprio.

Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas Demonstrações Contábeis como uma redução do patrimônio líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na Demonstração do Resultado do período.

s) LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuído aos controladores da ITAÚSA pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

O lucro por ação é apresentado com base nas duas classes de ações emitidas pela ITAÚSA. Ambas as classes, ordinárias e preferenciais, participam nos dividendos praticamente na mesma base, exceto pelo fato de as ações preferenciais terem direito à prioridade no recebimento de um dividendo mínimo anual, não cumulativo, de R\$ 0,01 por ação. O lucro por ação é calculado com base nos lucros distribuídos (dividendos e juros sobre o capital próprio) e não distribuídos da ITAÚSA após o reconhecimento do efeito da preferência acima indicada, independentemente de os lucros serem ou não totalmente distribuídos. O montante do lucro por ação foi determinado como se todos os lucros fossem distribuídos e calculados de acordo com os requerimentos do CPC 41 / IAS 33 – "Resultado por Ação".

t) RECEITAS**Receita de Vendas de produtos e serviços**

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização.

u) INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O CPC 22 / IFRS 8 – “Informações por segmento” determina que os segmentos operacionais sejam divulgados de maneira consistente com as informações fornecidas ao tomador de decisões operacionais, que é a pessoa ou grupo de pessoas que aloca os recursos aos segmentos e que avalia sua performance. A ITAÚSA considera que seu Comitê Executivo é o tomador de decisões operacionais.

A ITAÚSA possui os seguintes segmentos de negócios: setor financeiro e setor não financeiro, subdividido em Alpargatas, Duratex, NTS – Nova Transportadora do Sudeste e Elekeiroz.

As informações por segmento estão apresentadas na Nota 25.

NOTA 3 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para os fins da demonstração consolidada de fluxos de caixa, o valor de Caixa e Equivalentes de Caixa é composto pelos seguintes itens (montantes com prazos originais de vencimento igual ou inferior a 90 dias):

	31/03/2018	31/12/2017
Disponibilidades	82	84
Aplicações em Renda Fixa e Fundos de Investimentos	920	71
Certificado de Depósitos Bancários	720	992
Operações Compromissadas	-	71
Total	1.722	1.218

Destacamos que no período não ocorreram transações de investimento e financiamento que não afetaram o caixa ou equivalentes de caixa.

NOTA 4 – ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

	31/03/2018	31/12/2017
Investimento - NTS (*)	950	943
Letra Financeira do Tesouro	-	52
Total	950	995

(*) Refere-se a participação de 7,65% da ITAÚSA no capital da Nova Transportadora do Sudeste S.A. - NTS, adquirida em 04 de abril de 2017.

NOTA 5 – ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

Em 04 de abril de 2017, a ITAÚSA adquiriu debêntures conversíveis em ações emitidas pela Nova Transportadora do Sudeste S.A. - NTS, com vencimento em 10 anos, no valor total de R\$ 444, com remuneração de 100% do CDI mais juros de 4% ao ano. O pagamento da remuneração é efetuado trimestralmente, nos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano.

Foi reconhecido no resultado do período, na rubrica Resultado Financeiro, o montante de R\$ 11, referente à receita de remuneração destas debêntures.

NOTA 6 – CLIENTES

Contas a receber	31/03/2018	31/12/2017
Clientes no país	988	1.027
Clientes no exterior	148	138
Partes Relacionadas	31	35
<i>Impairment</i>	(113)	(109)
Total	1.054	1.091

A seguir, são demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

Vencimentos	31/03/2018	31/12/2017
A vencer	961	1.025
Vencidos até 30 dias	54	45
Vencidos de 31 a 60 dias	19	16
Vencidos de 61 a 90 dias	7	8
Vencidos de 91 a 180 dias	11	8
Vencidos há mais de 180 dias	115	98
Total	1.167	1.200

Apresentamos a seguir a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	31/03/2018	31/12/2017
Saldo Inicial	(109)	(100)
Constituição	(7)	(13)
Baixa de títulos	3	4
Saldo Final	(113)	(109)

NOTA 7 – OUTROS ATIVOS E PASSIVOS**a) Outros Ativos**

	31/03/2018			31/12/2017		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Outros Ativos Financeiros						
Depósitos Judiciais em Garantia de Contingências	-	100	100	-	99	99
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a Receber	483	-	483	630	-	630
Valores a Receber da Venda de Imobilizado	48	31	79	59	32	91
Ativos de Planos de Aposentadoria (Nota 24)	6	125	131	4	128	132
Créditos com Precatório	-	2	2	-	2	2
Retenção de Valores na Aquisição de Empresas	3	28	31	3	27	30
Fomento nas Operações Florestais	-	12	12	-	13	13
Venda de Energia Elétrica	3	-	3	4	-	4
Outros	8	46	54	25	30	55
Total	551	344	895	725	331	1.056
Outros Ativos Não Financeiros						
Despesas Antecipadas	22	-	22	15	-	15
Propriedade para Investimento	-	26	26	-	26	26
Ativo Mantido para Venda (*)	-	153	153	-	20	20
Outros	7	11	18	7	-	7
Total	29	190	219	22	46	68

(*) Inclui R\$ 128 referente aos ativos relativos às negociações de futura alienação de instalações e equipamentos para o Grupo Eucatex e alienação de terras e fazendas para a Suzano Papel e Celulose, por parte da Duratex S/A.

b) Outros Passivos

	31/03/2018			31/12/2017		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Fornecedores	349	-	349	350	-	350
Provisão de Pessoal	134	-	134	146	-	146
Contas a Pagar aos Sócios Participantes das SCPs (*)	29	94	123	44	94	138
Adiantamento de Clientes	21	5	26	19	5	24
Aquisição de Empresas	31	32	63	37	32	69
Frete e Seguros a Pagar	17	-	17	14	-	14
Comissões a Pagar	9	-	9	8	-	8
Aquisição Áreas Reflorestamento	8	-	8	5	-	5
Garantia de Produtos, Assistência Técnica e Manutenção	17	4	21	13	4	17
Arrendamento Mercantil	-	9	9	-	9	9
Passivos Provisionados com Parceiros <i>Joint Operation</i>	-	30	30	-	25	25
Obrigações a Pagar - NTS	-	248	248	-	245	245
Outras Contas a Pagar	65	14	79	51	42	93
Total	680	436	1.116	687	456	1.143

(*) SCPs - Sociedade em Conta de Participação

NOTA 8 – ESTOQUES

	31/03/2018	31/12/2017
Matéria-Prima, Auxiliares e Embalagens	267	254
Produtos Acabados	412	385
Produtos em Elaboração	107	104
Almoxarifado Geral	119	124
Adiantamento a Fornecedores	2	3
Provisão para Perdas nos Estoques	(23)	(31)
Total	884	839

O custo dos estoques reconhecido no resultado do período é incluído em "Custo dos Produtos e Serviços" e totalizou R\$ 947 (R\$ 921 de 01/01/2017 a 31/03/2017).

Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017 as controladas da ITAÚSA não possuíam estoques dados em garantia.

NOTA 9 – INVESTIMENTOS

I) ITAÚSA

a) Patrimônio Líquido das Subsidiárias e Empresas Controladas em Conjunto

Patrimônio Líquido	Controladas em Conjunto			Subsidiárias				
	Itaú Unibanco Holding S.A.	IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	Alpargatas S.A.	Duratex S.A.	Elekeiroz S.A.	Itautec S.A.	Itaúsa Empreend. S.A.	ITH Zux Cayman company Ltd.
Patrimônio Líquido em 31/12/2016								
Capital Social	97.148	12.430	648	1.962	322	272	262	45
Ações em Tesouraria	(1.882)	-	(64)	(28)	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(3.792)	(1.214)	(146)	398	-	-	-	-
Reservas	26.836	19.069	1.538	2.238	8	-	48	-
Outros	1.785	-	-	-	(219)	(216)	-	(43)
Saldo Contábil em 31/12/2016	120.095	30.285	1.976	4.570	111	56	310	2
Movimentações de 01/01 a 31/03/2017								
Resultado Líquido	6.063	112	186	(8)	(1)	(5)	1	-
Ações em Tesouraria	180	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(6.612)	(209)	(38)	-	-	-	-	-
Outros Resultados Abrangentes	253	67	2	4	-	-	-	-
Outras Movimentações	(479)	(190)	-	1	-	-	-	-
Patrimônio Líquido em 31/03/2017								
Capital Social	97.148	12.430	648	1.962	322	272	262	39
Ações em Tesouraria	(1.617)	-	(64)	(28)	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(3.539)	(1.147)	(144)	402	-	-	-	-
Reservas	26.047	18.782	1.686	2.231	8	-	49	-
Outros	1.461	-	-	-	(220)	(221)	-	(37)
Saldo Contábil em 31/03/2017	119.500	30.065	2.126	4.567	110	51	311	2
Patrimônio Líquido em 31/12/2017								
Capital Social	97.148	13.500	648	1.962	103	56	266	45
Ações em Tesouraria	(2.743)	-	(64)	(28)	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(2.632)	(908)	(149)	417	-	-	-	-
Reservas	37.675	20.939	1.751	2.364	48	-	39	-
Outros	1.930	-	-	-	-	(23)	-	(43)
Saldo Contábil em 31/12/2017	131.378	33.531	2.186	4.715	151	33	305	2
Movimentações de 01/01 a 31/03/2018								
Resultado Líquido	6.389	(1.654)	114	31	14	(1)	(5)	-
Ações em Tesouraria	1.069	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(15.092)	(501)	(135)	-	-	-	-	-
Outros Resultados Abrangentes	52	14	(2)	31	-	-	-	-
Outras Movimentações	(765)	(200)	(3)	(7)	-	-	-	-
Patrimônio Líquido em 31/03/2018								
Capital Social	97.148	13.500	648	1.962	103	56	266	42
Ações em Tesouraria	(1.496)	-	(64)	(28)	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(2.580)	(823)	(151)	448	-	-	-	-
Reservas	28.303	18.513	1.727	2.388	62	-	34	-
Outros	1.656	-	-	-	-	(24)	-	(40)
Saldo Contábil em 31/03/2018	123.031	31.190	2.160	4.770	165	32	300	2

b) Participações Societárias nas Subsidiárias e Empresas Controladas em Conjunto

Abaixo apresentamos a composição do capital social das subsidiárias e das empresas controladas em conjunto, bem como as quantidades detidas pela ITAÚSA:

Participações Societárias	Controladas em Conjunto			Subsidiárias				
	Itaú Unibanco Holding S.A.	IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	Alpargatas S.A.	Duratex S.A.	Elekeiroz S.A.	Itautec S.A.	Itaúsa Empreend. S.A.	ITH Zux Cayman company Ltd.
Ações Ordinárias em Circulação em 31/03/2017	3.351.741.143	710.454.184	232.466.402	689.298.742	14.518.150	11.072.186	2.186.700	12.200.000
Ações do Capital Social	3.351.744.217	710.454.184	241.608.551	691.784.501	14.518.150	11.199.367	2.186.700	12.200.000
Ações em Tesouraria	(3.074)	-	(9.142.149)	(2.485.759)	-	(127.181)	-	-
Ações Preferenciais em Circulação 31/03/2017	3.172.862.993	350.942.273	72.175.354	-	16.967.020	-	-	-
Ações do Capital Social	3.230.563.326	350.942.273	228.841.226	-	16.967.020	-	-	-
Ações em Tesouraria	(57.700.333)	-	(156.665.872)	-	-	-	-	-
Total das Ações em Circulação em 31/03/2017	6.524.604.136	1.061.396.457	304.641.756	689.298.742	31.485.170	11.072.186	2.186.700	12.200.000
Ações de Propriedade da Itaúsa em 31/03/2017	1.296.050.600	706.169.365	-	244.868.698	30.379.121	10.953.371	2.186.700	12.200.000
Ações Ordinárias	1.295.937.718	355.227.092	-	244.868.698	14.261.761	10.953.371	2.186.700	12.200.000
Ações Preferenciais	112.882	350.942.273	-	-	16.117.360	-	-	-
Participação Societária Direta em 31/03/2017								
No Capital Social	19,86%	66,53%	0,00%	35,52%	96,49%	98,93%	100,00%	100,00%
No Capital Votante	38,66%	50,00%	0,00%	35,52%	98,23%	98,93%	100,00%	100,00%
Ações Ordinárias em Circulação em 31/03/2018	3.305.526.906	710.454.184	241.608.525	689.305.842	14.518.150	11.072.186	2.186.700	12.200.000
Ações do Capital Social	3.305.526.906	710.454.184	241.608.551	691.784.501	14.518.150	11.072.186	2.186.700	12.200.000
Ações em Tesouraria	-	-	(26)	(2.478.659)	-	-	-	-
Ações Preferenciais em Circulação em 31/03/2018	3.182.150.691	350.942.273	221.444.849	-	16.967.020	-	-	-
Ações do Capital Social	3.230.563.326	350.942.273	228.841.226	-	16.967.020	-	-	-
Ações em Tesouraria	(48.412.635)	-	(7.396.377)	-	-	-	-	-
Total das Ações em Circulação em 31/03/2018	6.487.677.597	1.061.396.457	463.053.374	689.305.842	31.485.170	11.072.186	2.186.700	12.200.000
Ações de Propriedade da Itaúsa em 31/03/2018	1.296.050.600	706.169.365	127.591.556	252.807.715	30.379.121	10.953.371	2.186.700	12.200.000
Ações Ordinárias	1.295.937.718	355.227.092	103.623.035	252.807.715	14.261.761	10.953.371	2.186.700	12.200.000
Ações Preferenciais	112.882	350.942.273	23.968.521	-	16.117.360	-	-	-
Participação Societária Direta em 31/03/2018								
No Capital Social	(1) 19,98%	66,53%	27,55%	36,68%	(3) 96,49%	98,93%	100,00%	100,00%
No Capital Votante	(2) 39,21%	50,00%	42,89%	36,68%	98,23%	98,93%	100,00%	100,00%

(1) A Itaúsa detém participação direta no Itaú Unibanco Holding S.A. de 19,98% e indireta de 17,53%, através do investimento na Controlada em Conjunto IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A., que detém 26,35% de participação direta no Itaú Unibanco Holding S.A., totalizando 37,51% de participação no capital social.

(2) A participação direta nas ações ordinárias do Itaú Unibanco Holding S.A. é de 39,21% e indireta de 25,86%, através do investimento na Controlada em Conjunto IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A., que detém 51,71% de participação direta nas ações ordinárias do Itaú Unibanco Holding S.A., totalizando 65,07% de participação no capital votante.

(3) A Itaúsa detém participação direta na Elekeiroz S.A. de 96,49% e indireta de 0,11%, através do investimento na subsidiária Itaúsa Empreendimentos S.A., que detém 0,11% de participação direta na Elekeiroz S.A., totalizando 96,6% de participação no capital social.

c) Movimentação dos Investimentos

Investimentos	Controladas em Conjunto			Subsidiárias					Total
	Itaú Unibanco Holding S.A.	IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	Alpargatas S.A.	Duratex S.A.	Elekeiros S.A.	Itautec S.A.	Itaúsa Empreend. S.A.	ITH Zux Cayman company Ltd.	
Saldo do Investimento em 31/12/2016									
Participação Societária	23.899	20.149	-	1.619	108	55	310	2	46.142
Resultados Não Realizados	(12)	-	-	-	-	-	-	-	(12)
Valor Justo dos Ativos Líquidos Identificáveis	79	-	-	-	-	-	-	-	79
Goodwill	460	-	-	-	-	-	-	-	460
Saldo Contábil em 31/12/2016	24.426	20.149	-	1.619	108	55	310	2	46.669
Movimentações de 01/01 a 31/03/2017	(166)	(146)	-	(4)	(1)	(5)	1	-	(321)
Resultado de Participação Societária	2.251	76	-	(3)	(1)	(5)	1	-	2.319
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(2.323)	(139)	-	-	-	-	-	-	(2.462)
Venda de Ações	-	-	-	(2)	-	-	-	-	(2)
Outros Resultados Abrangentes	50	44	-	1	-	-	-	-	95
Outras Movimentações	(144)	(127)	-	-	-	-	-	-	(271)
Saldo do Investimento em 31/03/2017									
Participação Societária	23.736	20.003	-	1.615	107	50	311	2	45.824
Resultados Não Realizados	(12)	-	-	-	-	-	-	-	(12)
Valor Justo dos Ativos Líquidos Identificáveis	76	-	-	-	-	-	-	-	76
Goodwill	460	-	-	-	-	-	-	-	460
Saldo Contábil em 31/03/2017	24.260	20.003	-	1.615	107	50	311	2	46.348
Valor de Mercado em 31/03/2017 ^(*)	93.100	-	-	2.246	186	171	-	-	95.703
Saldo do Investimento em 31/12/2017									
Participação Societária	26.339	22.308	602	1.723	146	32	304	2	51.456
Resultados Não Realizados	(12)	-	-	-	-	-	-	-	(12)
Valor Justo dos Ativos Líquidos Identificáveis	68	-	548	-	-	-	-	-	616
Goodwill	460	-	599	-	-	-	-	-	1.059
Saldo Contábil em 31/12/2017	26.855	22.308	1.749	1.723	146	32	304	2	53.119
Movimentações de 01/01 a 31/03/2018	(1.764)	(1.556)	(15)	20	13	(1)	(5)	-	(3.308)
Resultado de Participação Societária	3.710	(1.100)	23	11	13	(1)	(5)	-	2.651
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(5.335)	(333)	(36)	-	-	-	-	-	(5.704)
Outros Resultados Abrangentes	11	9	(1)	11	-	-	-	-	30
Outras Movimentações	(150)	(132)	(1)	(2)	-	-	-	-	(285)
Saldo do Investimento em 31/03/2018									
Participação Societária	24.579	20.752	594	1.743	159	31	299	2	48.159
Resultados Não Realizados	(12)	-	-	-	-	-	-	-	(12)
Valor Justo dos Ativos Líquidos Identificáveis	64	-	541	-	-	-	-	-	605
Goodwill	460	-	599	-	-	-	-	-	1.059
Saldo Contábil em 31/03/2018	25.091	20.752	1.734	1.743	159	31	299	2	49.811
Valor de Mercado da Participação em 31/03/2018 ^(*)	125.123	-	2.163	2.930	350	172	-	-	130.737

(*) Divulgado apenas para as Cias abertas.

d) Participação na Alpargatas S.A.

Em 12 de julho de 2017, a ITAÚSA firmou, em conjunto com a Brasil Warrant Administração de Bens e Empresas S.A. ("BW") e Cambuhy Investimentos Ltda. ("Cambuhy"), contrato de compra de 54,24% do capital da Alpargatas S.A., sendo que a ITAÚSA passou a deter, após a conclusão da operação, 27,12% do capital total da Alpargatas (27,55% considerando somente a quantidade de ações em circulação). Esse percentual é representado por 103.623.035 ações ordinárias (42,889% do total de ações ordinárias) e 23.968.521 ações preferenciais (10,474% das ações preferenciais).

A transação foi concluída em 20 de setembro de 2017, com o desembolso pela ITAÚSA de R\$ 1.740 e assinatura de Acordo de Acionistas entre a ITAÚSA, a BW e Cambuhy para gestão compartilhada da Alpargatas. Esse acordo contém, entre outras disposições, indicação majoritária e paritária de membros no Conselho de Administração da Alpargatas.

De acordo com o CPC 18 (R2) / IAS 28 – "Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto", a participação da ITAÚSA na Alpargatas foi reconhecida como Investimento em Controlada em Conjunto e está avaliada pelo método de equivalência patrimonial, a partir da data de aquisição.

A aquisição da empresa foi contabilizada tendo por base estudos para determinação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos e, em cumprimento ao CPC 15 / IFRS 3 – "Combinação de Negócios", a ITAÚSA monitorará as variáveis utilizadas nesses estudos e os fatos e circunstâncias relacionados às empresas durante o período de até 12 meses, com o objetivo de proceder a eventuais ajustes (os quais não se espera sejam relevantes), caso necessário.

O valor justo dos ativos e passivos identificáveis da Alpargatas, na data de aquisição, é apresentado a seguir:

	31/08/2017
Ativos Mensurados ao Valor Justo na Aquisição	4.970
Caixa, Bancos e Aplicações Financeiras	227
Contas a Receber de Clientes	508
Demais Contas a Receber	120
Estoques	598
Investimentos em Controladas	1.074
Intangíveis	1.536
Ativos Imobilizados	767
IR e CS Diferidos	58
Demais Ativos	82
Passivos Mensurados ao Valor Justo na Aquisição	(828)
Empréstimos e Financiamentos	(359)
Fornecedores	(229)
Provisões Cíveis, Trabalhistas e Tributárias	(37)
Impostos e Contribuições	(12)
Obrigações com Pessoal	(112)
Demais Passivos	(79)
Ativos Líquidos ao Valor Justo na Aquisição	4.142
% de participação adquirida pela Itaúsa	27,55%
Participação Adquirida pela Itaúsa (ao valor justo) (a)	1.141
Preço de Aquisição – Contraprestação Transferida (b)	1.740
Ágio por Expectativa de Rentabilidade Futura - Goodwill (b - a)	599

O quadro a seguir demonstra as principais informações das demonstrações contábeis da Alpargatas em 31/03/2018:

Informações	31/03/2018
Total de Ativos	3.784
Total de Passivos	1.548
Total do Patrimônio Líquido	2.236
Resultado Líquido	114

II) ITAÚSA CONSOLIDADO**a) Composição dos Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto**

Investimentos	Controladas em Conjunto			Associadas		Total
	Itaú Unibanco Holding S.A.	IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	Alpargatas S.A.	Nexoleum	Viva Decora	
Resultado de Participação Societária de 01/01 a 31/03/2017	2.251	76	-	-	-	2.327
Saldo Contábil do Investimento em 31/12/2017	26.855	22.308	1.749	16	6	50.934
Resultado de Participação Societária de 01/01 a 31/03/2018	3.710	(1.100)	23	-	-	2.633
Saldo Contábil do Investimento em 31/03/2018	25.091	20.752	1.734	15	6	47.598

b) Outras Informações

A tabela abaixo apresenta o resumo das informações das investidas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

Ativos e Passivos (*)	31/03/2018	31/12/2017
Ativos	1.441.415	1.436.244
Disponibilidades	25.444	18.749
Ativos Financeiros	831.723	832.532
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	500.224	497.719
Ativos Fiscais	40.752	44.249
Demais Ativos	43.272	42.995
Passivos	1.306.240	1.293.081
Passivos Financeiros	1.062.470	1.056.717
Provisão de Seguros e Previdência Privada	186.292	181.232
Provisões Cíveis, Trabalhistas, Fiscais e Previdenciárias	19.524	19.736
Demais Passivos	37.954	35.396

(*) Representado substancialmente pelo Itaú Unibanco Holding.

Outras Informações Financeiras - Itaú Unibanco Holding	01/01 a 31/03/2018	01/01 a 31/03/2017
Receita de Juros e Rendimentos	32.225	40.276
Despesa de Juros e Rendimentos	(16.431)	(24.178)
Lucro Líquido Antes dos Impostos	9.563	9.509
Imposto de Renda e Contribuição Social (*)	(3.006)	(3.503)
Lucro Líquido	6.557	6.006
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	6.389	6.063
Outros Resultados Abrangentes	52	253
Resultado Abrangente	6.441	6.316

(*) Considerando os efeitos temporários trazidos pela Lei 13.169/15, que elevou a alíquota da CSLL para 20%, os créditos tributários foram contabilizados com base na expectativa de sua realização. Em 31/03/2018 e 31/12/2017 não existem Créditos Tributários não contabilizados.

NOTA 10 – IMOBILIZADO

Ativos Imobilizados	Terrenos	Construções e Benfeitorias	Máquinas, Equipamentos e Instalações	Móveis e Utensílios	Veículos	Imobilizações em Andamento	Outros Ativos	Total
Saldo em 31/12/2016								
Custo	755	1.119	4.675	61	60	125	200	6.995
Depreciação Acumulada	-	(445)	(2.444)	(40)	(51)	-	(122)	(3.102)
Impairment	-	(9)	(133)	(1)	-	(8)	-	(151)
Saldo Contábil, líquido	755	665	2.098	20	9	117	78	3.742
Movimentações de 01/01 a 31/03/2017								
Aquisições	-	1	7	-	-	38	2	48
Baixas	-	-	(1)	-	-	-	-	(1)
Depreciação	-	(9)	(72)	(1)	(1)	-	(4)	(87)
Transferências	-	4	29	-	-	(40)	7	-
Impairment	-	-	7	-	-	-	-	7
Outros	-	1	2	-	-	(1)	-	2
Saldo em 31/03/2017								
Custo	755	1.125	4.712	61	60	122	209	7.044
Depreciação Acumulada	-	(454)	(2.516)	(41)	(52)	-	(126)	(3.189)
Impairment	-	(9)	(126)	(1)	-	(8)	-	(144)
Saldo Contábil, líquido	755	662	2.070	19	8	114	83	3.711
Taxas Médias Anuais de Depreciação	-	4%	5% a 20%	10%	10%	-	4% a 20%	
Saldo em 31/12/2017								
Custo	760	1.179	4.813	64	64	144	223	7.247
Depreciação Acumulada	-	(479)	(2.688)	(43)	(53)	-	(139)	(3.402)
Impairment	-	(12)	(181)	(1)	-	(8)	26	(176)
Saldo Contábil, líquido	760	688	1.944	20	11	136	110	3.669
Movimentações de 01/01 a 31/03/2018								
Aquisições	-	2	10	-	-	29	1	42
Depreciação	-	(9)	(69)	(1)	(1)	-	-	(80)
Transferências (*)	(55)	5	27	-	-	(66)	2	(87)
Outros	4	4	10	-	-	-	1	19
Saldo em 31/03/2018								
Custo	709	1.188	4.859	64	64	107	226	7.217
Depreciação Acumulada	-	(489)	(2.804)	(44)	(54)	-	(144)	(3.535)
Impairment	-	(9)	(133)	(1)	-	(8)	32	(119)
Saldo Contábil, líquido	709	690	1.922	19	10	99	114	3.563
Taxas Médias Anuais de Depreciação	-	4%	5% a 20%	10%	10%	-	4% a 20%	

(*) Refere-se à transferência para ativo disponível para venda, conforme nota 7a

NOTA 11 – INTANGÍVEL

Ativos Intangíveis	Software	Marcas e Patentes	Ágio por Rentabilidade Futura	Carteira de Clientes	Total
Saldo em 31/12/2016					
Custo	98	23	259	412	792
Amortização Acumulada	(59)	(3)	-	(189)	(251)
Impairment	(1)	(3)	-	-	(4)
Saldo Contábil, líquido	38	17	259	223	537
Movimentações de 01/01 a 31/03/2017					
Aquisições	2	-	-	-	2
Amortização	(2)	-	-	(6)	(8)
Saldo em 31/03/2017					
Custo	100	23	259	412	794
Amortização Acumulada	(61)	(3)	-	(195)	(259)
Impairment	(1)	(3)	-	-	(4)
Saldo Contábil, líquido	38	17	259	217	531
Taxas Médias Anuais de Amortização	20%	-	-	6,67%	
Saldo em 31/12/2017					
Custo	108	64	359	412	943
Amortização Acumulada	(68)	-	-	(215)	(283)
Impairment	(1)	-	-	-	(1)
Saldo Contábil, líquido	39	64	359	197	659
Movimentações de 01/01 a 31/03/2018					
Aquisições	4	-	9	-	13
Amortização	(3)	-	-	(7)	(10)
Saldo em 31/03/2018					
Custo	111	64	368	413	956
Amortização Acumulada	(70)	-	-	(223)	(293)
Impairment	(1)	-	-	-	(1)
Saldo Contábil, líquido	40	64	368	190	662
Taxas Médias Anuais de Amortização	20%	-	-	6,67%	

O Ágio por Rentabilidade Futura (*Goodwill*) dos investimentos consolidados é decorrente das seguintes aquisições:

	31/03/2018	31/12/2017
Aquisições		
Satipel	188	188
Thermosystem	26	26
Cerâmica Monte Carlo	22	22
Deca Nordeste	17	17
DuchaCorona	5	5
Metalúrgica Jacareí	2	2
Ceusa e Massima	99	99
Caetex Florestal	9	-
Saldo Contábil, líquido	368	359

NOTA 12 – ATIVOS BIOLÓGICOS (Reservas Florestais)

A ITAÚSA detém, através de suas controladas indiretas Duratex Florestal Ltda., Duratex S.A. (nova denominação da Tablemac S.A.) e Caetex Florestal S.A., reservas florestais de eucalipto e de pinus e que são utilizadas preponderantemente como matéria prima na produção de painéis de madeira, pisos e componentes, e complementarmente para venda a terceiros.

As reservas funcionam como garantia de suprimento das fábricas, bem como na proteção de riscos quanto a futuros aumentos no preço da madeira. Trata-se de uma operação sustentável e integrada aos seus complexos industriais, que aliada a uma rede de abastecimento, proporciona elevado grau de autossuficiência no suprimento de madeira.

Em 31 de março de 2018, essas empresas possuíam aproximadamente 178,9 mil hectares em áreas de efetivo plantio (179,6 mil hectares em 31 de dezembro de 2017) que são cultivadas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Alagoas e na Colômbia.

a) Estimativa do Valor Justo

O valor justo é determinado em função da estimativa de volume de madeira em ponto de colheita, aos preços atuais da madeira em pé, exceto para florestas de Eucalipto com até um ano de vida e de Pinus até 4 anos de vida, que são mantidas a custo, em decorrência do julgamento que esses valores se aproximam de seu valor justo.

Os ativos biológicos estão mensurados ao seu valor justo, deduzidos os custos de venda no momento da colheita.

O valor justo foi determinado pela valoração dos volumes previstos em ponto de colheita pelos preços atuais de mercado em função das estimativas de volumes. As premissas utilizadas foram:

i. Fluxo de caixa descontado – volume de madeira previsto em ponto de colheita, considerando os preços de mercado atuais, líquidos dos custos de plantio a realizar e dos custos de capital das terras utilizadas no plantio (trazidos a valor presente) pela taxa de desconto de 5,7% a.a. em 31 de março de 2018. A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao custo médio ponderado de capital da Duratex S.A., o qual é revisado anualmente pela sua Administração.

ii. Preços – são obtidos preços em R\$/metro cúbico através de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas em regiões e produtos similares aos da Duratex, além dos preços praticados em operações com terceiros, também em mercados ativos.

iii. Diferenciação - os volumes de colheita foram segregados e valorados conforme espécie (a) pinus e eucalipto, (b) região, (c) destinação: serraria e processo.

iv. Volumes – estimativa dos volumes a serem colhidos (6º ano para o eucalipto e 12º ano para o pinus), com base na produtividade média projetada para cada região e espécie. A produtividade média poderá variar em função de idade, rotação, condições climáticas, qualidade das mudas, incêndios e outros riscos naturais. Para as florestas formadas utilizam-se os volumes atuais de madeira. As estimativas de volume são corroboradas por inventários rotativos realizados por técnicos especialistas a partir do segundo ano de vida das florestas e seus efeitos incorporados nas demonstrações contábeis.

v. Periodicidade – as expectativas em relação ao preço e volumes futuros da madeira são revistos no mínimo trimestralmente ou na medida em que são concluídos os inventários rotativos.

b) Composição dos Saldos

O saldo dos ativos biológicos é composto pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, conforme demonstrado abaixo:

	31/03/2018	31/12/2017
Custo de Formação dos Ativos Biológicos	1.054	1.045
Diferencial entre o Custo e o Valor Justo	639	654
Valor Justo dos Ativos Biológicos	1.693	1.699

As florestas estão desoneradas de qualquer ônus ou garantias a terceiros, inclusive instituições financeiras. Além disso, não existem florestas cuja titularidade legal seja restrita.

c) Movimentação

A movimentação dos saldos contábeis no início e no final do período é a seguinte:

	31/03/2018	31/12/2017
Saldo inicial	1.699	1.529
Varição do Valor Justo		
Preço Volume	43	215
Exaustão	(31)	(123)
Transferência para Outros Ativos (*)	(14)	-
Varição do Valor Histórico		
Formação	45	176
Exaustão	(22)	(98)
Tranferência para Outros Ativos (*)	(27)	-
Saldo final	1.693	1.699
<i>(*) Refere-se à transferência para ativo disponível para venda, conforme nota 7a</i>		
	01/01 a 31/03/2018	01/01 a 31/03/2017
Efeitos no resultado do valor justo do ativo biológico	12	9
Varição do Valor Justo	43	43
Exaustão do Valor Justo	(31)	(34)

NOTA 13 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A ITAÚSA e cada uma de suas subsidiárias apuram separadamente, em cada exercício, o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido.

a) Composição das Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social

Os montantes registrados como despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social nas demonstrações contábeis consolidadas são reconciliados com as alíquotas legais, como segue:

Imposto de Renda e Contribuição Social	01/01 a 31/03/2018	01/01 a 31/03/2017
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	2.412	2.104
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às Alíquotas Vigentes	(820)	(715)
Acréscimos/Decréscimos aos Encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social		
Decorrentes de:		
(Inclusões) Exclusões	828	550
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido de Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	895	790
Dividendos sobre Investimentos Avaliados ao Custo	12	-
Juros Sobre o Capital Próprio	(85)	(238)
Outras	6	(2)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	8	(165)

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido

I – O saldo e a movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido é representado por:

	31/12/2016	Realização / Reversão	Constituição	31/12/2017
Ativo Fiscal Diferido				
Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social	578	(13)	20	585
Créditos de Liquidação Duvidosa	11	(1)	-	10
Ajustes Valor de Mercado TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	2	-	16	18
Provisões para Passivos Contingentes	323	(9)	162	476
IR sobre Lucros no Exterior	-	-	11	11
Outros	47	(4)	15	58
Total do Ativo Fiscal Diferido	961	(27)	224	1.158
Passivo Fiscal Diferido				
Reserva de Reavaliação	(48)	3	-	(45)
Valor Presente de Financiamento	(6)	3	(1)	(4)
Resultado do Swap	(32)	28	-	(4)
Depreciação	(13)	-	(2)	(15)
Planos de Pensão	(37)	-	(2)	(39)
Venda de Imóvel	(18)	-	(1)	(19)
Ativos Biológicos	(192)	-	(31)	(223)
Carteira de Clientes	(76)	5	-	(71)
Outras Obrigações	(74)	1	(3)	(76)
Total do Passivo Fiscal Diferido	(496)	40	(40)	(496)
Ativo Fiscal Diferido Líquido	465	13	184	662

	31/12/2017	Realização / Reversão	Constituição	31/03/2018
Ativo Fiscal Diferido				
Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social	585	-	52	637
Créditos de Liquidação Duvidosa	10	-	-	10
Ajustes Valor de Mercado TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	18	-	-	18
Provisões para Passivos Contingentes	476	(8)	59	527
IR sobre Lucros no Exterior	11	-	-	11
Outros	58	(8)	7	57
Total do Ativo Fiscal Diferido	1.158	(16)	118	1.260
Passivo Fiscal Diferido				
Reserva de Reavaliação	(45)	-	-	(45)
Valor Presente de Financiamento	(4)	1	-	(3)
Resultado do Swap	(4)	-	(2)	(6)
Depreciação	(15)	-	-	(15)
Planos de Pensão	(39)	-	-	(39)
Venda de Imóvel	(19)	4	-	(15)
Ativos Biológicos	(223)	-	(4)	(227)
Carteira de Clientes	(71)	2	-	(69)
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	(79)	(79)
Outras Obrigações	(76)	-	(6)	(82)
Total do Passivo Fiscal Diferido	(496)	7	(91)	(580)
Ativo Fiscal Diferido Líquido	662	(9)	27	680

II – Abaixo demonstramos a estimativa de realização do Ativo Fiscal Diferido:

Ano	31/03/2018
2018	77
2019	373
2020	515
2021	41
2022	51
2023 em diante	203
Total	1.260

III – Em 31/03/2018, os créditos tributários não constituídos totalizam R\$ 235.

NOTA 14 – DEBÊNTURES

Em 24/05/2017 a ITAÚSA efetuou captação no mercado mediante a emissão, em série única, de 12.000 debêntures, não conversíveis em ações, com valor de face de R\$ 100 mil cada, com remuneração de 106,9% do CDI, com pagamentos semestrais dos juros e amortização do valor principal em três parcelas anuais e sucessivas, em maio de 2022, 2023 e 2024.

Em 31 de março de 2018 o valor atualizado dessas debêntures era de R\$ 1.229 (R\$ 1.208 em 31/12/2017).

NOTA 15 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade ⁽¹⁾	Encargos	Garantias	31/03/2018		31/12/2017	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Moeda Nacional						
BNB	9,50% a.a.	Aval - Itaúsa- Investimentos Itaú S.A.	9	17	9	19
BNDES	IPCA + 1,96% a 2,26% a.a.	Aval - Itaúsa- Investimentos Itaú S.A.	3	7	2	7
BNDES	Pré 2,50% a 7,00% a.a.	Aval - 70% Itaúsa- Investimentos Itaú S.A. e 30% Pessoa Física	2	2	2	2
BNDES	Pré 2,50% a 7,00% a.a.	Aval - Itaúsa- Investimentos Itaú S.A.	1	1	1	1
BNDES	Selic + 2,16% a.a.	Aval - 70% Itaúsa- Investimentos Itaú S.A. e 30% Pessoa Física	1	-	1	-
BNDES	TJLP + 1,72 a 4,32% a.a.	Aval - 70% Itaúsa- Investimentos Itaú S.A. e 30% Pessoa Física	49	90	43	101
BNDES	TJLP + 1,72 a 4,32% a.a.	Aval - Itaúsa- Investimentos Itaú S.A.	11	18	12	20
CCB - Safra	108,00% CDI	-	-	-	200	-
CRA	98,00% CDI	Fiança Duratex S.A	12	693	1	692
CREDITO EXPORTAÇÃO	104,8% a 107,5% CDI	-	201	436	203	535
CREDITO EXPORTAÇÃO com Swap	5,60% a 9,00% a.a.	-	-	-	20	-
DESCONTO DE DUPLICATAS	1,65% a.m.	-	-	-	4	-
EXIM SELIC	Selic + 3,60% a.a.	Nota promissória	57	-	56	-
EXIM TJLP	TJLP + 3,30% a.a.	Nota promissória	118	-	117	-
FINAME	5,60% a 9,00% a.a.	Alienação Fiduciária e Aval Duratex S.A.	1	2	1	3
FINAME	5,60% a 9,00% a.a.	Alienação fiduciária e fiança	1	4	1	5
FINAME	SELIC + 4,28% a.a.	Alienação Fiduciária e Aval Duratex S.A.	-	1	-	1
FINAME	TJLP + 2,3% a.a./Pré 6 % a.a.	Alienação fiduciária e nota promissória	13	40	11	44
FINAME	TJLP + 4,00% a 4,50% a.a.	Alienação Fiduciária e Aval Duratex S.A.	1	6	1	6
FINEP	3,50% a 4,00% a.a.	Aval - Itaúsa- Investimentos Itaú S.A.	2	4	6	5
FNE	7,53% a.a.	Fiança Duratex Florestal Ltda.	-	5	-	-
FUNDIEST	30 % IGP-M a.m.	Fiança - Cia Ligna de Investimentos	29	44	29	50
NCE - SAFRA	127,0% a 129,25% CDI	-	29	9	27	25
NOTA CREDITO EXPORTAÇÃO	104,9% CDI	Aval - Duratex S.A.	35	71	41	105
NOTA PROMISSÓRIA	104,5% CDI	-	-	514	-	507
Total Moeda Nacional			575	1.964	788	2.128
Moeda Estrangeira						
4131 - SAFRA	131,7% CDI	Aval - Itaúsa- Investimentos Itaú S.A.	17	-	17	-
ACC - BRASIL	3,40% a 9,00% a.a.	-	10	-	-	-
ACC - SAFRA	3,40% a 9,00% a.a.	-	11	-	-	-
BNDES	Variação Cambial+ 2,12 a 2,16% a.a.	Aval - Itaúsa- Investimentos Itaú S.A.	3	3	3	4
CII	Libor + 3,95% a.a.	Penhor e hipoteca de equipamentos	1	-	1	-
LEASING	DTF + 2,00%	Nota Promissoria	-	1	-	1
NCE - ABC	127,0% a 129,25% CDI	-	7	7	7	7
RESOLUÇÃO 4131 com Swap	US\$ + 2,11% a 3,66% a.a.	Nota promissória	312	96	233	180
RESOLUÇÃO 4131 com Swap	US\$ + Libor + 1,50% a.a.	Nota promissória	1	177	1	178
Total Moeda Estrangeira			362	284	262	370
Total Itaúsa Consolidado			937	2.248	1.050	2.498

(1) Determinados empréstimos e financiamentos (que podem ser identificados como Com Swap) foram designados ao valor justo por meio do resultado.

Vencimento	31/03/2018	31/12/2017
2019	521	785
2020	932	925
2021	86	86
2022	699	697
2023	3	2
2024	2	3
2025	2	-
2026	3	-
Total	2.248	2.498

Reconciliação da dívida líquida	31/03/2018	31/12/2017
Empréstimos de curto prazo	937	1.050
Empréstimos de longo prazo	2.248	2.498
Total da dívida	3.185	3.548
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	(1.722)	(1.218)
Dívida líquida	1.463	2.330

NOTA 16 – PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

A ITAÚSA e suas controladas, na execução de suas atividades normais, encontram-se envolvidas em contingências tributárias, trabalhistas e cíveis.

As respectivas provisões foram constituídas considerando a avaliação de probabilidade de perda pelos consultores jurídicos do grupo.

A Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, acredita que as provisões para contingências constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com processos judiciais e administrativos.

a) Ativos Contingentes:

A ITAÚSA e suas controladas estão discutindo judicialmente o ressarcimento de tributos e contribuições, bem como é parte em processos cíveis, nos quais possuem direitos ou expectativas de direitos a receber.

O quadro abaixo apresenta os principais processos que, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos, têm probabilidade de êxito considerada provável, sendo que os valores respectivos a esses processos não estão reconhecidos nas demonstrações contábeis.

	31/03/2018	31/12/2017
Tributário	212	210
Crédito Prêmio de IPI de 1980 a 1985	120	119
Correção Monetária dos Créditos com a Eletrobrás	13	13
INSS - Contribuições Previdenciárias	38	37
PIS e COFINS	21	21
Outros	20	20
Cível	18	18
Cobrança/Execução de Títulos Extrajudicial	15	15
Outros	3	3
Total	230	228

b) Provisões:

- **Tributárias:** As provisões equivalem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões administrativas ou judiciais, objeto de autolancamento ou lançamento de ofício, acrescido de juros e, quando aplicável, multa e encargos. Tal valor é objeto de provisão contábil independentemente da probabilidade de perda, quando se trata de obrigação legal, ou seja, o êxito na ação depende de ser reconhecida a inconstitucionalidade de lei vigente. Nos demais casos, a provisão é constituída sempre que a perda for considerada provável.
- **Trabalhistas:** têm relação com processos em que se discutem pretensos direitos trabalhistas, relativos à horas extras, doença ocupacional, equiparação salarial e em relação a responsabilidade subsidiária.
- **Cíveis:** os processos cíveis referem-se principalmente a ações por danos morais e materiais.

Segue abaixo a movimentação das provisões e os saldos dos depósitos judiciais vinculados:

Provisões	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2016	919	100	22	1.041
Atualização/Multa	242	10	2	254
Constituição	199	47	4	250
Reversão	(20)	(19)	(6)	(45)
Pagamentos/Conversão em Renda	(14)	(35)	(10)	(59)
Aquisição/Combinação de Negócios - Ceusa e Massima	9	6	20	35
Transferência para Outros Passivos (*)	(5)	-	-	(5)
Saldo Final	1.330	109	32	1.471
(-) Depósitos Judiciais	(33)	(22)	-	(55)
Saldo em 31/12/2017 após compensação Depósitos Judiciais	1.297	87	32	1.416

(*) Refere-se à controlada Duratex face à adesão da empresa ao programa de parcelamento.

Provisões	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2017	1.330	109	32	1.471
Atualização/Multa	13	2	1	16
Constituição	158	6	2	166
Reversão	-	(8)	(2)	(10)
Pagamentos/Conversão em Renda	(4)	(7)	-	(11)
Saldo Final	1.497	102	33	1.632
(-) Depósitos Judiciais	(55)	(19)	-	(74)
Saldo em 31/03/2018 após compensação Depósitos Judiciais	1.442	83	33	1.558

A principal discussão relativa às provisões tributárias está descrita a seguir:

- PIS e COFINS – R\$ 1.415: Discute-se o direito de calcular e recolher as contribuições ao PIS e COFINS pelo regime cumulativo.

c) Passivos Contingentes

A ITAÚSA e suas controladas possuem processos de natureza tributária, trabalhista e cível que apresentam, na opinião de seus assessores jurídicos, probabilidade de perda possível e não têm provisão constituída.

Em 31 de março de 2018, esses processos totalizavam R\$ 1.115 para causas tributárias, R\$ 140 para causas trabalhistas e R\$ 29 para causas cíveis.

As principais discussões de causas tributárias de probabilidade de perda possível são relacionadas pelos seguintes temas:

- IRRF, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - Indeferimento de pedido de compensação – R\$ 558: Casos em que são apreciadas a liquidez e a certeza do crédito compensado;
- Tributação de Reserva de Reavaliação – R\$ 281 Discussão relativa à tributação de Reserva de Reavaliação nas operações societárias de cisão realizadas no período de 2006 e 2009;
- PIS e COFINS – Glosa de Créditos – R\$ 55: Discussão sobre restrição do direito ao crédito de certos insumos relacionados a estas contribuições;
- Incidência e Créditos de ICMS – R\$ 51: Discussão sobre a incidência, reconhecimento e utilização de créditos de ICMS;
- Divergências de Obrigações Acessórias – R\$ 17: Discussão sobre eventuais divergências entre as informações contidas nas obrigações acessórias;
- IRPJ e CSLL – Lucros Disponibilizados no Exterior - R\$ 15: Discussão sobre a base de cálculo para incidência desses tributos sobre os lucros auferidos no exterior;
- IRPJ e CSLL – Glosa de Créditos – R\$ 13: Discussão relativa à dedução do imposto pago no exterior pela controlada.

NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social subscrito é de R\$ 37.145, representado por 7.473.629.873 ações escriturais, sem valor nominal, sendo 2.823.483.724 ordinárias e 4.650.146.149 preferenciais sem direito a voto, mas com as seguintes vantagens:

- Prioridade no recebimento de dividendo mínimo anual de R\$ 0,01 por ação, não cumulativo;
- Direito de, em eventual alienação de controle, ser incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurando-se dividendo igual ao das ações ordinárias.

O capital social autorizado é de 12.000.000.000 em ações escriturais, sem valor nominal, sendo até 4.000.000.000 em ações ordinárias e até 8.000.000.000 em ações preferenciais.

Abaixo segue a composição e a movimentação das classes das ações do capital integralizado e conciliação dos saldos ao final do exercício de 2017 e março de 2018:

	Quantidade			Valor
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Em Circulação em 31/12/2016	2.828.112.054	4.575.176.570	7.403.288.624	36.405
Movimentações das ações do capital integralizado de 01/01 a 31/12/2017	(31.447.330)	74.969.579	43.522.249	740
Cancelamento de Ações em Tesouraria	(77.789.229)	-	(77.789.229)	-
Subscrição de Ações	46.341.899	74.969.579	121.311.478	740
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2017	2.823.483.724	4.650.146.149	7.473.629.873	37.145
Residentes no País	2.821.665.246	2.693.462.873	5.515.128.119	27.411
Residentes no Exterior	1.818.478	1.956.683.276	1.958.501.754	9.734
Ações em Tesouraria em 31/12/2017	-	-	-	-
Ações em Tesouraria em 31/12/2016	(26.819.000)	-	(26.819.000)	-
Ações Adquiridas	(50.970.229)	-	(50.970.229)	-
Cancelamento de Ações	77.789.229	-	77.789.229	-
Em Circulação em 31/12/2017	2.823.483.724	4.650.146.149	7.473.629.873	37.145
Ações Representativas do Capital Social em 31/03/2018	2.823.483.724	4.650.146.149	7.473.629.873	37.145
Residentes no País	2.821.669.430	2.629.857.810	5.451.527.240	27.095
Residentes no Exterior	1.814.294	2.020.288.339	2.022.102.633	10.050
Em Circulação em 31/03/2018	2.823.483.724	4.650.146.149	7.473.629.873	37.145

b) Ações em Tesouraria

No período de 01/01 a 31/03/2018 a ITAÚSA não negociou com suas próprias ações para tesouraria.

	Quantidade		Total	Valor
	Ordinárias	Preferenciais		
Ações em Tesouraria em 31/12/2016	(26.819.000)	-	(26.819.000)	(204)
Cancelamento de Ações	(50.970.229)	-	(50.970.229)	(449)
Ações Adquiridas	77.789.229	-	77.789.229	653
Ações em Tesouraria em 31/12/2017	-	-	-	-
Ações em Tesouraria em 31/03/2018	-	-	-	-

c) Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% do lucro líquido, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. As ações de ambas as espécies participam dos lucros distribuídos em igualdade de condições, depois de assegurado às ordinárias, dividendo igual ao mínimo prioritário anual de R\$ 0,01 por ação a ser pago às ações preferenciais. O dividendo mínimo pode ser pago em quatro parcelas ou mais, no mínimo trimestralmente ou com intervalos menores.

A antecipação trimestral do dividendo mínimo obrigatório, utiliza a posição acionária do último dia do mês anterior como base de cálculo, sendo o pagamento efetuado no primeiro dia útil do mês seguinte no valor de R\$ 0,015 por ação.

I. Cálculo

Lucro Líquido	2.400	
(-) Reserva Legal	(120)	
Base de Cálculo do Dividendo	2.280	
Dividendo Mínimo Obrigatório	570	25,00%

II. Provisionamento de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos

	Bruto	IRF	Líquido
Provisionados	570	-	570
Dividendos	570	-	570
1 parcela trimestral de R\$ 0,015 por ação a ser paga em 02/07/2018	112	-	112
1 parcela de R\$ 0,0613 por ação a ser declarada	458	-	458
Total em 31/03/2018 - R\$ 0,0763 líquido por ação	570	-	570
Total em 31/03/2017 - R\$ 0,0616 líquido por ação	517	(61)	456

d) Reservas Integralizadas

- Reserva legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, alterada pela Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, até o limite de 20% do Capital Social.

- Reservas estatutárias**

São constituídas visando:

- a equalização de dividendos com a finalidade de garantir recursos para o pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas;
- reforçar o de Capital de Giro garantindo meios financeiros para a operação da companhia; e
- o aumento de Capital de Empresas Participadas de modo a garantir o direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas.

	31/03/2018	31/12/2017
Reservas de Lucros	12.136	15.356
Legal	1.494	1.374
Estatutárias	10.642	13.982
Equalização de Dividendos	3.998	3.191
Reforço do Capital de Giro	2.467	2.125
Aumento de Capital de Empresas Participadas	4.177	3.664
Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais (*)	-	5.002
Reservas de Capital	483	719
Total das Reservas na Controladora	12.619	16.075

(*) Refere-se aos Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio declarados após 31 de dezembro de cada período.

Detalhamento das Reservas	Reservas de Capital	Reserva de Lucros		Total das Reservas
		Reserva Legal	Reservas Estatutárias	
Saldo em 31/12/2017	719	1.374	13.982	16.075
Constituição de Reservas	-	120	1.710	1.830
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio pagos em 2018 - Exercício 2017	-	-	(5.002)	(5.002)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio não Reclamados	-	-	1	1
Transações com Subsidiárias e Controladas em Conjunto	(236)	-	(49)	(285)
Saldo em 31/03/2018	483	1.494	10.642	12.619

e) Reservas a Integralizar

Refere-se ao saldo do lucro líquido remanescente após a distribuição de dividendos e da apropriação para a reserva legal. A integralização total desta reserva ocorre após a deliberação do conselho de administração, na Assembleia Geral Ordinária, no exercício seguinte ao das demonstrações contábeis.

NOTA 18 – PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES**Plano para Outorga de Opções de Ações – Duratex S.A.**

Conforme previsão Estatutária, a Duratex S.A. possui plano para outorga de opções de ações que tem por objetivo integrar executivos no processo de desenvolvimento da Duratex a médio e longo prazo, facultando participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações representativas do capital da Duratex.

As opções conferirão aos seus titulares o direito de, observadas as condições estabelecidas no Plano, subscrever ações ordinárias do capital autorizado da Duratex.

As regras e procedimentos operacionais relativos ao Plano são propostos pelo Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação, designado pelo Conselho de Administração da Duratex. Periodicamente, esse comitê submete à aprovação do Conselho de Administração propostas relativas à aplicação do Plano.

Só haverá outorga de opções com relação aos exercícios em que tenham sido apurados lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo obrigatório aos acionistas. A quantidade total de opções a serem outorgadas em cada exercício não ultrapassará o limite de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações da Duratex que os acionistas controladores e não controladores possuírem na data do balanço de encerramento do mesmo exercício.

O preço de exercício, a ser pago à Duratex, é fixado pelo Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação na outorga da opção. Para fixação do preço de exercício das opções o Comitê de Pessoas considera a média dos preços das ações ordinárias da Duratex nos pregões da B3, no período de, no mínimo, cinco e, no máximo, noventa pregões anteriores à data da emissão das opções, a critério desse comitê, facultado ainda, ajuste de até 30%, para mais ou para menos. Os preços estabelecidos são reajustados até o mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice que o Comitê de Pessoas designar.

Premissas	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2016
Total de opções de ações outorgadas	2.787.034	2.678.887	2.517.937	1.333.914	1.875.322	1.290.994	1.561.061	1.966.869	1.002.550
Preço de exercício na data da outorga	11,82	15,34	9,86	16,33	13,02	10,21	14,45	11,44	5,74
Valor justo na data da outorga	8,88	7,26	3,98	7,04	5,11	5,69	6,54	4,48	4,00
Prazo limite para exercício	10 anos	10 anos	8 anos	8 anos	8,5 anos	8,8 anos	8,9 anos	8,1 anos	8,9 anos
Prazo de carência	1,5 anos	1,5 anos	3 anos	3 anos	3,5 anos	3,8 anos	3,9 anos	3,1 anos	3,9 anos

Para determinação desse valor foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2016
Volatilidade do preço da ação	36,60%	36,60%	46,20%	38,50%	32,81%	37,91%	34,13%	28,41%	39,82%
Dividend Yield	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de retorno livre de risco ⁽¹⁾	7,60%	7,20%	6,20%	7,10%	5,59%	4,38%	3,58%	6,39%	6,95%
Taxa efetiva de exercício	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%

(1) cupom IGP-M

A Duratex efetua a liquidação desse plano de benefícios entregando ações de sua própria emissão que são mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das opções por parte dos executivos. Nos anos de 2015 e 2017 não houve outorga de opção de ações.

Demonstrativo do valor e da apropriação das opções outorgadas:

Data da Outorga	Qtde. Outorgada	Data da Carência	Prazo para Vencimento	Preço Outorga	Saldo a Exercer		Preço Opção	Valor Total	Competência				Demais Períodos
					31/12/2017	31/03/2018			Vencidas	2007 a 2015	2016	2017	
08/02/2006	2.659.180	30/06/2007	até 31/12/2016	11,16	-	-	9,79	-	1	1	-	-	-
31/01/2007	2.787.034	30/06/2008	até 31/12/2017	11,82	-	-	8,88	-	25	25	-	-	-
13/02/2008	2.678.887	30/06/2009	até 31/12/2018	15,34	1.132.434	1.132.434	7,26	19	-	19	-	-	-
30/06/2009	2.517.937	30/06/2012	até 31/12/2017	9,86	-	-	3,98	-	9	9	-	-	-
14/04/2010	1.333.914	31/12/2013	até 31/12/2018	16,33	685.019	685.019	7,04	9	-	9	-	-	-
29/06/2011	1.875.322	31/12/2014	até 31/12/2019	13,02	1.227.778	1.227.778	5,11	9	-	9	-	-	-
09/04/2012	1.290.994	31/12/2015	até 31/12/2020	10,21	658.552	658.552	5,69	6	-	7	-	-	-
17/04/2013	1.561.061	31/12/2016	até 31/12/2021	14,45	1.025.843	1.025.843	6,54	8	-	7	2	-	-
11/02/2014	1.966.869	31/12/2017	até 31/12/2022	11,44	1.872.257	1.872.257	4,48	9	-	4	2	2	-
09/03/2016	1.002.550	31/12/2019	até 31/12/2024	5,74	990.050	990.050	4,00	6	-	-	1	1	3
Soma	19.673.748				7.591.933	7.591.933		66	35	90	5	3	3
Efetividade de exercício								96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	94,90%
Valor apurado								64	34	86⁽¹⁾	5⁽²⁾	3⁽³⁾	3⁽⁴⁾

(1) Valor contabilizado contra o resultado no período de 2007 a 2015.

(2) Valor contabilizado contra o resultado em 2016.

(3) Valor contabilizado contra o resultado em 2017.

(4) Valor a ser contabilizado contra o resultado nos demais períodos.

Em 31 de março de 2018 a Duratex S.A. possuía 2.478.659 ações em tesouraria, que poderão ser utilizadas para fazer face a um eventual exercício de opção.

NOTA 19 – RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS DE PRODUTOS E SERVIÇOS

	01/01 a 31/03/2018	01/01 a 31/03/2017
Receita Bruta de Vendas de Produtos e Serviços	1.585	1.481
Mercado Interno	1.353	1.308
Mercado Externo	232	173
Impostos e Contribuições sobre Vendas	(323)	(303)
Receita Líquida de Vendas de Produtos e Serviços	1.262	1.178

NOTA 20 – DESPESAS POR NATUREZA

	01/01 a 31/03/2018	01/01 a 31/03/2017
Variação do valor justo dos ativos biológicos	43	43
Variação nos estoques de produtos acabados	77	54
Matérias-primas e materiais de consumo	(710)	(667)
Remunerações, encargos e benefícios a empregados	(244)	(245)
Encargos de depreciação, amortização e exaustão	(135)	(144)
Despesas de transporte	(79)	(79)
Despesas de publicidade	(21)	(26)
Outras despesas	(122)	(87)
Total	(1.191)	(1.151)

As despesas por natureza acima descritas representam as seguintes rubricas da demonstração de resultado:

	01/01 a 31/03/2018	01/01 a 31/03/2017
Custo dos produtos e serviços	(947)	(921)
Despesas com vendas	(165)	(157)
Despesas gerais e administrativas	(79)	(73)
Total	(1.191)	(1.151)

NOTA 21 – OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS

	01/01 a 31/03/2018	01/01 a 31/03/2017
Resultado de Plano Benefício	-	(2)
Amortização Intangível	(9)	(8)
Opções Outorgadas e Reconhecidas	(3)	(2)
Resultado na Venda de Investimento / Imobilizado	13	11
Créditos de Pis e Cofins sobre aquisição de matérias-primas	4	4
Receita de Aluguel	3	2
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio NTS	41	-
Créditos Prodep - Reintegra	2	-
Outros	-	1
Total	51	6

NOTA 22 – RESULTADO FINANCEIRO

	01/01 a 31/03/2018	01/01 a 31/03/2017
Receitas Financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	37	81
Variação cambial ativa	8	8
Atualizações monetárias (receita)	9	12
Juros e descontos obtidos	1	4
Outras receitas financeiras	1	2
Total das Receitas Financeiras	56	107
Despesas Financeiras		
Encargos sobre financiamentos	(80)	(52)
Variação cambial passiva	(8)	(5)
Atualizações monetárias (despesa)	(15)	(23)
Operações com derivativos	-	(50)
Taxas bancárias	(4)	(3)
Imposto de operações financeiras	(2)	-
Outras	(6)	(8)
Total da Despesas Financeiras	(115)	(141)
Total do Resultado Financeiro	(59)	(34)

NOTA 23 – LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação básico e diluído foi calculado conforme tabela a seguir, para os períodos indicados.

O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível ao acionista da ITAÚSA pelo número médio de ações durante os períodos, excluindo-se o número de ações compradas pela empresa e mantidas como ações em tesouraria.

O lucro por ação diluído, por sua vez, é calculado de forma similar, mas com o ajuste realizado ao assumir a conversão de todas as ações potencialmente diluíveis no denominador.

Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	01/01 a 31/03/2018	01/01 a 31/03/2017
Lucro Líquido	2.400	1.944
Dividendo Mínimo Não Cumulativo sobre as Ações Preferenciais	(47)	(46)
Subtotal	2.353	1.898
Lucro Acumulado a Ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias em um Valor por Ação Igual ao Dividendo Mínimo Pagável aos Acionistas Preferenciais	(28)	(28)
Subtotal	2.325	1.870
Lucro Acumulado a Ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias e Preferenciais em Bases Proporcionais:		
Aos Detentores de Ações Ordinárias	878	714
Aos Detentores de Ações Preferenciais	1.447	1.156
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias	906	742
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais	1.494	1.202
Média Ponderada das Ações em Circulação		
Ações Ordinárias	2.823.483.724	2.828.112.054
Ações Preferenciais	4.650.146.149	4.575.176.570
Lucro por Ação - Básico e Diluído - R\$		
Ações Ordinárias	0,32	0,26
Ações Preferenciais	0,32	0,26

O impacto da diluição do lucro por ação é menor que R\$ 0,01.

NOTA 24 – BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO

Nos termos do CPC 33 / IAS 19 – “Benefícios a Empregados”, apresentamos a seguir as políticas praticadas pelas controladas da ITAÚSA quanto aos benefícios a empregados, bem como os procedimentos contábeis adotados.

As controladas da ITAÚSA no Brasil fazem parte do grupo de patrocinadoras da Fundação Itaúsa Industrial (Fundação), entidade sem fins lucrativos, que tem como finalidade administrar planos privados de concessão de benefícios de pecúlios ou de renda complementares ou assemelhados aos da Previdência Social. A Fundação administra o Plano de Contribuição Definida – PAI – CD (“Plano CD”) e o Plano de Benefícios Definido - BD (“Plano BD”).

Os colaboradores contratados pelas empresas da Área Industrial e de Serviços contam com a opção de participar voluntariamente do Plano de Contribuição Definida – PAI – CD, administrado pela Fundação Itaúsa Industrial.

(a) Plano de Contribuição Definida – Plano CD

Este plano é oferecido a todos os colaboradores das patrocinadoras, e contava em 31 de março de 2018 com 8.767 participantes (8.736 em 31 de dezembro de 2017).

No Plano CD – PAI (plano de aposentadoria individual) não há risco atuarial e o risco dos investimentos é dos participantes.

Fundo Programa Previdencial

As contribuições das patrocinadoras que permaneceram no plano em decorrência dos participantes terem optado pelo resgate ou pela aposentadoria antecipada, formaram o fundo programa previdencial, que de acordo com regulamento do plano, vem sendo utilizado para compensação das contribuições das patrocinadoras.

O montante registrado no balanço patrimonial na rubrica Outros Ativos Financeiros (Nota 7a) no total de R\$ 123 (R\$ 123 em 31 de dezembro 2017). Não houve resultado reconhecido no período (despesa de R\$ 2 de 01/01/2017 a 31/03/2017).

(b) Plano de Benefício Definido – Plano BD

É um Plano que tem como finalidade básica a concessão de benefícios que, sob a forma de renda mensal vitalícia, se destina a complementar, nos termos de seu regulamento, os proventos pagos pela Previdência Social. Este plano encontra-se em extinção, assim considerado por vedar o acesso de novos participantes.

O plano abrange os seguintes benefícios: a complementação de aposentadoria, por tempo de contribuição, especial, por idade, invalidez, renda mensal vitalícia, prêmio por aposentadoria e pecúlio por morte.

Em 31 março de 2018, o saldo a receber decorrente da destinação de parte da reserva especial do Plano BD às patrocinadoras, registrado no balanço patrimonial da rubrica Outros Ativos Financeiros (Nota 7a), era de R\$ 8 (R\$ 9 em 31/12/2017), a ser realizado em 15 (quinze) parcelas mensais.

Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial dos Planos de Aposentadoria

	31/03/2018	31/03/2017
Taxa de Desconto	9,75% a.a.	11,14% a.a.
Tábua de Mortalidade ⁽¹⁾	AT-2000	AT-2000
Rotatividade	Nula	Nula
Crescimento Salarial Futuro	6,62 % a.a.	7,23 % a.a.
Crescimento Benef. Previd. Social / Planos	4,25 % a.a.	4,85 % a.a.
Inflação	4,25 % a.a.	4,85 % a.a.

(1) As tábuas de mortalidade adotadas correspondem àquelas divulgadas pela SOA – “Society of Actuaries”, entidade americana correspondente ao IBA – Instituto Brasileiro de Atuária, que refletem um aumento de 10% nas probabilidades de sobrevivência em relação às respectivas tábuas básicas; A expectativa de vida em anos pela tábua de mortalidade AT-2000 para os participantes assistidos com 55 anos é de 27 e de 31 para homens e mulheres, respectivamente.

NOTA 25 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

De acordo com as normas vigentes, um segmento operacional pode ser entendido como um componente de uma entidade:

- (a) Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade).
- (b) Que os resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho.
- (c) Para as quais as informações financeiras individualizadas estejam disponíveis.

Os segmentos operacionais da ITAÚSA foram definidos de acordo com os relatórios apresentados ao Comitê Executivo para a tomada de decisão. Desta forma, os segmentos estão divididos em Setor Financeiro e Setores não Financeiros.

A ITAÚSA tem como parte de seu objeto social a participação no capital social de outras empresas de diversos segmentos. Seus principais investimentos são: Duratex, Elekeiroz, Alpargatas e Nova Transportadora do Sudeste - NTS, que atuam no setor não financeiro, e o Itaú Unibanco Holding, que atua no setor financeiro.

As empresas nas quais a ITAÚSA investe têm autonomia para definir seus padrões diferenciados e específicos na gestão e segmentação dos seus respectivos negócios.

• Setor Financeiro

O Itaú Unibanco Holding é uma instituição bancária que oferece, diretamente ou por intermédio de suas subsidiárias, uma ampla gama de produtos de crédito e outros serviços financeiros a uma base diversificada de clientes pessoas físicas e jurídicas, no Brasil e no Exterior.

A ITAÚSA exerce controle compartilhado nos negócios do Itaú Unibanco Holding. As informações das controladas em conjunto foram contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial e não foram consolidadas.

As demonstrações contábeis consolidadas do Itaú Unibanco Holding de 31 de março de 2018 podem ser acessadas no site <https://www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores/>.

• Setor não Financeiro

No setor não financeiro temos uma diversidade entre as empresas, por esse motivo segregamos a informação por empresa. Abaixo uma breve descrição dos produtos e serviços fornecidos pelas empresas:

I) Alpargatas: suas atividades são a fabricação e comercialização de calçados e respectivos componentes; artigos de vestuário; artefatos têxteis e respectivos componentes; artigos de couro, de resina e de borracha natural ou artificial e artigos esportivos. A ITAÚSA exerce controle compartilhado nos negócios da Alpargatas e suas informações não são consolidadas, sendo contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

II) Duratex: fabrica metais sanitários, louças sanitárias e seus respectivos acessórios, revestimentos cerâmicos e chuveiros elétricos, negociados sob as marcas Deca, Ceusa e Hydra, que se destacam pela ampla linha de produtos, pelo design arrojado e pela qualidade superior; e fabrica painéis de madeira feitos a partir de pinus e eucalipto, amplamente utilizados na fabricação de móveis, com destaque para a chapa de fibra, o painel de aglomerado e os painéis de média, alta e super densidade, mais conhecidos como MDF, HDF e SDF, a partir dos quais, são fabricados pisos laminados (Durafloor) e revestimentos para teto e parede.

III) Nova Transportadora do Sudeste - NTS: transporta, através de gasodutos, gás para distribuidoras e usinas térmicas de SP, RJ e MG, região responsável pela geração de grande parte do PIB do país. A ITAÚSA investe na NTS juntamente com outros sócios e esse investimento está contabilizado como um Ativo Financeiro Mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado, de acordo com o CPC 48.

IV) Elekeiroz: atua no mercado químico e tem por objetivo a industrialização e comercialização de produtos químicos e petroquímicos em geral, inclusive de tais produtos de terceiros, importação e exportação. A Companhia conta com uma capacidade de produção de produtos químicos de mais de 700 mil toneladas anuais nas suas unidades industriais, que são destinados fundamentalmente para o setor industrial, especialmente construção civil, vestuário, automotivo e alimentício.

Apresentamos a seguir os principais indicadores das empresas do portfólio ITAÚSA, extraídos das respectivas Demonstrações Contábeis Consolidadas. O Lucro Líquido, Patrimônio Líquido e ROE correspondem aos valores atribuíveis aos acionistas controladores.

	Janeiro a Março	Setor Financeiro	Setor Não Financeiro					ITAÚSA
								
Ativos Totais	2018	1.441.407	3.784	9.196	10.004	460	61.471	
	2017	1.323.260	3.734	9.142	n.d.	429	57.260	
Receitas Operacionais ⁽¹⁾	2018	43.985	902	1.006	990	257	3.895	
	2017	53.957	807	952	n.d.	225	3.505	
Lucro Líquido	2018	6.389	114	31	455	14	2.400	
	2017	6.063	186	(8)	n.d.	(1)	1.944	
Patrimônio Líquido (PL)	2018	123.031	2.160	4.770	3.881	165	48.500	
	2017	119.500	2.126	4.567	n.d.	110	46.811	
Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%) ⁽²⁾	2018	21,3%	21,0%	2,6%	46,5%	35,3%	19,1%	
	2017	20,8%	36,2%	-0,7%	n.d.	-4,1%	16,6%	
Geração Interna de Recursos ⁽³⁾	2018	14.980	149	197	907	16	119	
	2017	17.831	98	198	n.d.	10	(26)	

(1) As Receitas Operacionais foram obtidas conforme segue:

- Itaú Unibanco Holding: Receita de Juros e Rendimentos, Receita de Dividendos, Ajuste ao Valor Justo de Ativos e Passivos Financeiros, Receita de Prestação de Serviços, Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização e Outras Receitas.

- Alpargatas, Duratex, NTS e Elekeiroz: Vendas de Produtos.

(2) Representa a relação entre o lucro líquido do período e o patrimônio líquido médio (dez'17 + mar) / 2.

(3) Refere-se aos recursos provenientes das operações obtidos pela Demonstração dos Fluxos de Caixa.

NOTA 26 – PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As operações entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminadas nas demonstrações consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco.

As operações com tais partes relacionadas caracterizam-se basicamente por:

a) Partes Relacionadas

	Consolidado			
	Ativo/(Passivo)		Receitas/(Despesas)	
	31/03/2018	31/12/2017	01/01 a 31/03/2018	01/01 a 31/03/2017
Aplicações Financeiras	24	37	-	1
Itaú Unibanco S.A.	24	37	-	1
Clientes	31	35	38	33
Partes Relacionadas de Controladas (*)	31	35	38	33
Prestação de Serviços/Aluguéis	(10)	-	(1)	(2)
Itaú Corretora S.A.	-	-	(1)	(1)
Itaú Unibanco S.A.	(10)	-	-	(1)
Total	45	72	37	32

(*) Referem-se à operações de venda de mercadorias da Duratex S.A. para Leo Madeiras Maqs. e Fer. S.A. e Fibria Celulose, além de custos com arrendamento rural com a Liqna Florestal Ltda.

Além das operações acima discriminadas, a ITAÚSA e partes relacionadas em associadas e entidades controladas em conjunto, como parte integrante do Convênio de Rateio de Custos Comuns, registraram em Despesas Gerais e Administrativas R\$ 1 (R\$ 1 de 01/01 a 31/03/2017), em função da utilização da estrutura comum.

Em 31 de março de 2018 e 2017 não houve a necessidade de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa envolvendo operações com partes relacionadas.

b) Garantias Prestadas

Além dessas transações, existem garantias prestadas pela ITAÚSA, representadas por operações de avais, fianças e outras, conforme abaixo:

	31/03/2018	31/12/2017
Duratex S.A.	100	104
Elekeiroz S.A.	95	102
Itautec S.A.	44	4
Total	239	210

c) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

A remuneração dos executivos da administração da ITAÚSA e de suas controladas foi:

	01/01 a 31/03/2018	01/01 a 31/03/2017
Remuneração	8	9
Participações no Lucro	8	5
Opções de Ações	-	1
Total	16	15

NOTA 27 – GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

I) Fatores de Riscos Financeiros

Para entender os riscos inerentes à atividade da ITAÚSA, é preciso primeiro saber que o propósito da entidade é a gestão de participações societárias. Assim sendo, fica evidente que os riscos aos quais a ITAÚSA está sujeita são os riscos geridos pelas suas controladas e coligadas.

Quanto ao risco de liquidez, a previsão de fluxo de caixa da ITAÚSA é realizada pela Administração que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, principalmente o pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio e liquidação de outras obrigações assumidas.

O excesso de caixa da ITAÚSA é investido em cotas de fundos de investimentos.

Na data do relatório, a ITAÚSA mantinha Caixa e Equivalentes de Caixa no valor de R\$ 597 (R\$ 71 em 31/12/2017), que se espera gerar prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

Com o propósito de manter os investimentos em níveis aceitáveis de risco, novos investimentos ou aumentos de participação são discutidos em reunião conjunta da Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da ITAÚSA.

Abaixo apresentamos os principais riscos das controladas ITAÚSA:

a) Risco de Mercado

(i) Risco Cambial

Variações nas taxas de câmbio podem resultar na redução dos valores dos ativos ou aumento dos passivos. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

Em função de seus procedimentos de gerenciamento de riscos, que objetivam minimizar a exposição cambial, são mantidos mecanismos de “*hedge econômico*” que visam proteger a maior parte de sua exposição cambial.

(ii) Operações com derivativos

Nas operações com derivativos não existem verificações, liquidações mensais ou chamadas de margem, sendo o contrato liquidado em seu vencimento, estando contabilizado a valor justo, considerando as condições de mercado, quanto a prazo e taxas de juros.

Abaixo os tipos de contratos existentes nas controladas:

- Contrato de *SWAP* US\$ x CDI: esse tipo operação tem o objetivo de transformar dívidas denominadas em Dólares em dívidas indexadas ao CDI;
- Contrato de *SWAP* Pré x CDI: esse tipo operação tem o objetivo de transformar dívidas com taxas pré fixadas de juros em dívidas indexadas ao CDI;
- Contrato de *NDF (Non Deliverable Forward)*: esse tipo de operação tem o objetivo de zerar a exposição cambial. Nesta operação o contrato é liquidado no seu respectivo vencimento, considerando-se a diferença entre a taxa de câmbio a termo (*NDF*) e a taxa de câmbio do fim do período (*Ptax*);
- O valor justo dos instrumentos financeiros foi calculado utilizando-se a precificação feita por meio do valor presente estimado, tanto para a ponta passiva quanto para a ponta ativa, onde a diferença entre as duas gera o valor de mercado do *SWAP*.

A tabela a seguir apresenta o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos:

	Valor de Referência	Valor Justo	Efeito Acumulado	
	31/03/2018	31/03/2018	Valor a Receber	Valor a Pagar
Contratos de Swaps	-	17	16	-
Posição Ativa	625	646	16	-
Moeda Estrangeira (USD)	625	646	16	-
Posição Passiva	(625)	(629)	-	-
CDI	(625)	(629)	-	-
Contratos de Futuro (NDF)	118	119	2	-
Compromisso de Venda	118	119	2	-
NDF	118	119	2	-

	Valor de Referência	Valor Justo	Efeito Acumulado	
	31/12/2017	31/12/2017	Valor a Receber	Valor a Pagar
Contratos de Swaps	-	16	17	-
Posição Ativa	634	659	17	-
Moeda Estrangeira (USD)	614	639	17	-
Taxa Pré-Fixada	20	20	-	-
Posição Passiva	(634)	(643)	-	-
CDI	(634)	(643)	-	-
Contratos de Futuro (NDF)	102	102	-	-
Compromisso de Venda	102	102	-	-
NDF	102	102	-	-

As perdas ou ganhos nas operações listadas no quadro foram compensados nas posições em juros e moeda estrangeira, ativas e passivas, cujos efeitos já estão expressos nas demonstrações contábeis.

Análise de Sensibilidade

Abaixo segue demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para ITAÚSA e suas controladas, com um Cenário Provável (Cenário Base) e mais dois cenários, nos termos determinados pela instrução CVM nº 475/08 representando 25% e 50% de deterioração da variável de risco considerada.

Para as taxas das variáveis de risco utilizadas no Cenário Provável, foram utilizadas as cotações da B3 / Bloomberg para as respectivas datas de vencimento.

Risco	Instrumento/Operação	Descrição	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Cambial	Swap - US\$ / CDI (Res. 4131)	Queda US\$	(6)	(165)	(323)
	Objeto de Hedge: dívida em moeda estrangeira (US\$)	(Aumento US\$)	6	165	323
	NDF (US\$)	Queda US\$	-	29	59
	Objeto de Hedge: dívida em moeda estrangeira (US\$)	(Aumento US\$)	-	(29)	(59)
	Exportações a receber	Queda US\$	-	(9)	(17)
		(Aumento US\$)	-	9	17
	BNDES - Crédito Rotativo	Queda US\$	(1)	(2)	(3)
		(Aumento US\$)	-	2	3
	Desconto Cambial (-) Swap	Queda US\$	-	(3)	(5)
		(Aumento US\$)	-	3	5
	Fornecedores Exterior (-) Hedge	Queda US\$	-	(4)	(7)
		(Aumento US\$)	-	4	7
Total			(1)	-	-

(iii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O caixa aplicado tem rendimento indexado à percentual da variação do CDI, com resgate garantido pelos bancos emissores de acordo com as taxas contratadas. Não há outros ativos significativos cujo resultado seja afetado diretamente pelas mudanças de taxas de juros do mercado.

Para o passivo, o risco de taxa de juros decorre de empréstimos de longo prazo. Tais empréstimos, em sua maioria, são indexados à Taxa de Juros de Longo Prazo (“TJLP”), taxa que visa estimular os investimentos de longo prazo para o setor produtivo e que, historicamente, é inferior às taxas de financiamentos praticadas pelo mercado.

O risco dessas taxas de juros contratadas é acompanhado desde o início do financiamento, sendo política acompanhar as oscilações e projeções do mercado de juros, analisando eventual necessidade ou oportunidade de contratar-se *hedge* para essas operações.

b) Risco de Crédito

A política de vendas está diretamente associada ao nível de risco de crédito que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamentos de vendas e limites individuais, são procedimentos adotados a fim de minimizar inadimplências ou perdas na realização das Contas a Receber.

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, temos como política trabalhar com instituições de primeira linha e não ter investimentos concentrados em um único grupo econômico.

c) Risco de Liquidez

É o risco da ITAÚSA e suas controladas não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

O quadro abaixo demonstra os vencimentos dos passivos financeiros e as obrigações com fornecedores na data das demonstrações contábeis:

31/03/2018	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos e Financiamentos/Debêntures	938	1.453	1.190	833
Fornecedores e Outras Obrigações	369	15	245	32
Total	1.307	1.468	1.435	865

31/12/2017	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos e Financiamentos/Debêntures	1.050	1.710	1.188	808
Fornecedores e Outras Obrigações	365	-	245	32
Total	1.415	1.710	1.433	840

II) Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos de caixa e equivalente de caixa, depósitos vinculados, contas a receber de clientes, contas a pagar aos fornecedores, pelo valor contábil menos a perda (*impairment*) e os empréstimos, financiamentos e debêntures, estejam próximo de seus valores justos. O valor justo dos demais ativos e passivos financeiros para fins de divulgação é estimado mediante desconto dos fluxos de caixa contratual futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para ITAÚSA e suas controladas para instrumentos financeiros similares.

As demonstrações contábeis estão em conformidade com o CPC 40 / IFRS 7 – “Instrumentos financeiros: evidenciação” para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação dessas mensurações pelo nível da seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1, que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);
- Nível 3: inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis).

A seguir demonstramos os instrumentos financeiros consolidados por nível:

	Nível	31/03/2018	31/12/2017
Ativos		5.064	4.858
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	82	84
Caixa e Equivalentes de Caixa	2	1.640	1.134
Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo Através do Resultado	3	950	995
Ativos Financeiros Mensurados a Custo Amortizado	2	443	444
Contas a Receber de Clientes	2	1.054	1.091
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	2	483	630
Depósitos Judiciais em Garantia de Contingências	2	100	99
Outros Ativos Financeiros	2	312	381
Passivos		7.149	6.775
Empréstimos / Financiamentos / Debêntures	2	4.414	4.756
Fornecedores / Outras Obrigações	2	661	642
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	2	2.074	1.377

NOTA 28 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Alienação das ações da Elekeiroz S.A.

Em linha com sua estratégia de revisão de portfólio de investimentos, a ITAÚSA anunciou, em 26/04/2018, que assinou contrato de compra e venda de ações com o Kilimanjaro Brasil Partners I B - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior, cujos recursos advêm de entidades geridas por H.I.G. Capital LLC, para venda da totalidade das ações da Elekeiroz detidas pela ITAÚSA.

O valor atribuído à Elekeiroz na transação foi de R\$ 160, sendo que o preço de venda das ações será reduzido pelo endividamento líquido da companhia e multiplicado pelo percentual de participação societária detida pela ITAÚSA na Elekeiroz na data de fechamento.

O fechamento da transação está sujeito ao cumprimento de determinadas condições suspensivas usuais em operações dessa natureza.

Não se espera que a transação acarrete efeitos significativos no resultado da ITAÚSA neste exercício social.

Captação de financiamento

Em 25 de abril de 2018 a Duratex S.A. concluiu a captação de financiamento junto ao Banco do Brasil, no valor de R\$ 300 e juros de taxa pré de 6,60% a.a., com amortização semestral e vencimento em 12 de abril de 2020.

Relatório de revisão sobre as demonstrações contábeis intermediárias

Aos Administradores e Acionistas
Itaúsa – Investimentos Itaú S.A.

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. (a "Companhia") em 31 de março de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Revisamos também o balanço patrimonial consolidado da Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. e suas controladas ("Consolidado") em 31 de março de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias individuais acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de março de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o trimestre findo nessa data, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária".

Conclusão sobre as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas anteriormente referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. e suas controladas em 31 de março de 2018, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o trimestre findo nessa data, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Outros assuntos

Revisamos também as demonstrações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2018, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que não estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 14 de maio de 2018

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
Contador CRC 1SP172940/O-6

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

CNPJ 61.532.644/0001-15

Companhia Aberta

NIRE 35300022220

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da **ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.** procederam ao exame das demonstrações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, referentes ao trimestre findo em 31.03.2018, que foram revisadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (“PwC”), na qualidade de auditores independentes.

Os Conselheiros Fiscais verificaram a exatidão de todos os elementos apreciados e, à vista do relatório de revisão sem ressalvas emitido pela PwC, entendem que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Companhia no período. São Paulo (SP), 14 de maio de 2018. (aa) Tereza Cristina Grossi Togni – Presidente; Flávio César Maia Luz, Guilherme Tadeu Pereira Júnior, José Maria Rabelo, e Paulo Ricardo Moraes Amaral – Conselheiros.

ALFREDO EGYDIO SETUBAL
Diretor de Relações com Investidores

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

CNPJ 61.532.644/0001-15

Companhia Aberta

NIRE 35300022220

ATA SUMÁRIA DA REUNIÃO DA DIRETORIA REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 2018

DATA, HORA E LOCAL: em 14 de maio de 2018, às 11:30 horas, na Avenida Paulista, 1938, 5º andar, em São Paulo (SP).

PRESIDENTE: Alfredo Egydio Setubal, Diretor Presidente.

QUORUM: a totalidade dos membros eleitos.

DELIBERAÇÕES TOMADAS: após exame das demonstrações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, referentes ao 1º trimestre de 2018, que foram objeto de recomendação favorável da Comissão de Finanças, a Diretoria deliberou, por unanimidade e em observância às disposições dos incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, alterada, declarar que:

- a) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório de revisão sem ressalvas emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, na qualidade de auditores independentes; e
- b) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, relativas ao trimestre encerrado em 31 de março de 2018.

ENCERRAMENTO: nada mais havendo a tratar e ninguém desejando manifestar-se, encerraram-se os trabalhos, lavrando-se esta ata que, lida e aprovada, foi por todos assinada. São Paulo (SP), 14 de maio de 2018. (aa) Alfredo Egydio Setubal – Diretor Presidente; Alfredo Egydio Arruda Villela Filho, Roberto Egydio Setubal e Rodolfo Villela Marino – Diretores Vice-Presidentes.

ALFREDO EGYDIO SETUBAL
Diretor de Relações com Investidores